

Lula e o desafio de garantir o desenvolvimento do Brasil

O governo Lula apresenta quatro características principais e interdependentes, que envolvem as discussões entre as diferentes forças políticas dentro e fora do governo: a orientação de sua política econômica; a elaboração e implementação de uma política estratégica nacional-desenvolvimentista; a integração com a América Latina e o posicionamento em relação à Alca; e a formação de uma nova maioria política no país. "Em torno destas questões posicionam-se os vários setores e classes sociais. O governo vive uma dualidade de definições políticas e sofre pressões e contrapressões no sentido da mudança e no sentido da continuidade da política anterior", afirmou Renato Rabelo, presidente do Partido Comunista do Brasil, na intervenção que abriu a 20ª reunião da Comissão Política do Comitê Central, ocorrida no domingo, 18 de maio, em São Paulo.

O dirigente comunista destacou que o Partido posiciona-se claramente no sentido da adoção de uma política econômica desenvolvimentista. "A persistência da política conservadora, de centrar a ação no ajuste fiscal e no combate à inflação já demonstrou que leva ao desemprego, à recessão, ao aumento da dívida e afeta negativamente as exportações. Ganha corpo a compreensão de que a causa principal dos problemas vividos pelo país reside na



Reunião ministerial discute o plano Plurianual do governo Lula

vulnerabilidade externa, que precisa ser enfrentada".

Para Renato, a implementação de uma política nacional-desenvolvimentista, de retomada do desenvolvimento, com investimento em infra-estrutura, geração de emprego e distribuição de renda pode ser realizada através de medidas gradativas de mudança. "A discussão do Plano Plurianual é um momento privilegiado para definir um pensamento estratégico de desenvolvimento de médio e longo prazos. Os chamados 'dois preços básicos' da economia, a taxa de juros e a taxa de câmbio, têm de estar a serviço dessa orientação macroeconômica", diz o dirigente comunista.

A integração continental, com

uma política externa ativa e afirmativa, que vem sendo desenvolvida pelo governo Lula, foi saudada pelo presidente do PCdoB. "Ela está levando em conta a diversificação do comércio exterior, inclusive com a busca de parcerias com a China, Índia e África do Sul, o relançamento e recomposição do Mercosul, ligando-o ao Pacto Andino. Uma política externa afirmativa de um país que, em termos de território, população e produto interno bruto é o terceiro do mundo, ficando atrás apenas dos EUA e da China, é parte integrante fundamental de um projeto de desenvolvimento", afirmou.

Renato destacou, ainda, a importância de formar "uma nova maioria política, não só no parla-

mento, mas no sentido mais amplo, de o governo unificar as forças e correntes interessadas na mudança de rumos do país. Forças novas estão no centro do poder, mas vivem uma situação instável - este é um governo em disputa, que vive uma realidade política adversa num momento em que o mundo está caracterizado por grandes ameaças, incertezas e instabilidade e com tendências recessivas nos principais centros econômicos".

Reformas da Previdência e Tributária

As reformas faziam parte do programa eleitoral da Coligação Lula Presidente, que se referia ex-

plícitamente às reformas da Previdência, Tributária, Trabalhista, Política e Agrária. "O PT as coloca nos marcos de uma transição da política desenvolvimentista e centra seu empenho, até o momento, na reforma da Previdência. O PCdoB tem apresentado críticas e proposições quanto às prioridades apresentadas. O governo Lula é uma coalizão da qual fazemos parte e cremos que não existe outro caminho, hoje, para alcançarmos nossos objetivos programáticos partidários, se não através deste governo. Somos parte integrante da frente governista e buscamos posições comuns para construir o avanço econômico, social e político necessários ao nosso país, e é com esta visão que atuamos", afirmou Renato Rabelo.

A reunião, ocorrida na sede do Comitê Central, contou com a presença de todos os integrantes da Comissão Política e com os convidados Agnelo Queiroz, Dilermando Toni, Jandira Feghali e Luiz Fernandes. A Comissão Política é integrada por Adalberto Monteiro, Aldo Arantes, Aldo Rebelo, Ana Maria Rocha, Carlos Augusto Diógenes (Patinhas), Eron Bezerra, Haroldo Lima, Inácio Arruda, Jô Moraes, João Batista Lemos, José Reinaldo Carvalho, Nivaldo Santana, Pedro de Oliveira, Renato Rabelo, Ricardo Abreu, Ronald Freitas, Sérgio Miranda, Vital Nolasco e Walter Sorrentino.

Página 3



Amazonas: líder comunista

Homenagem a João Amazonas

Os comunistas, os democratas, os progressistas e patriotas brasileiros lembram, neste dia 27 de maio, o primeiro ano que vivemos sem João Amazonas. Dirigente máximo do PCdoB por 40 anos, teve atuação persistente, contínua e intransigente em defesa dos direitos dos trabalhadores e do povo, da democracia, da soberania nacional e do socialismo.

Página 4

O sindicalismo classista no Congresso da CUT

Será realizado dias 3 a 7 de junho o 8º Congresso Nacional da CUT. Cerca de 2700 delegados e delegadas deverão participar da reunião. A executiva nacional da Corrente Sindical Classista fez um balanço parcial de sua participação no processo de

congressos cutistas, concluindo que já obteve significativos êxitos políticos. As lideranças da CSC devem ocupar a presidência de três entre as quatro maiores CUTs estaduais: Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia.

Página 7

Para conquistar o novo tempo na UNE

O 48º Congresso da UNE será realizado em Goiânia, de 18 a 22 de junho. Os comunistas estão participando do congresso apoiando a União da Juventude Socialista (UJS) e o movimento *Pra conquistar o novo tempo!* (integrado pela UJS, por independentes e outras for-

ças políticas). A reta final da mobilização exigirá dos ativistas do movimento *Pra conquistar o novo tempo!* o dobro do empenho que tiveram até aqui. Serão dias de muito esforço para alcançar as metas estaduais na eleição de delegados e suplentes.

Página 7



Vejam nesta edição o segundo número da Tribuna de Debates da 9ª Conferência Nacional do PCdoB, com artigos sobre a situa-

ção internacional, a participação do Partido no governo Lula e as questões organizativas dos comunistas.



Uma das mesas do seminário promovido pelo PCdoB e PSB

Seminário discute desenvolvimento brasileiro

O seminário "O governo da mudança e o novo modelo de desenvolvimento nacional", promovido pelo PCdoB e PSB, dias 12 e 13 de junho, contou com a presença do professor, Luiz Fernandes, da economista Maria da Conceição Tavares, de Aldo Rebelo, líder do governo na Câmara, do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, do presidente do PCdoB, Renato Rabelo. "Se fizermos uma lista dos 10 países maio-

res do mundo em tamanho, em população e em PIB, apenas 3 países farão parte dessa lista: Brasil, EUA e China. Ou nós seremos um grande país ou teremos que enfrentar grandes dificuldades", afirmou o embaixador Samuel. "O problema, não só brasileiro, mas mundial, é canalizar o capital para a atividade produtiva", aponta Renato Rabelo.

Página 5

PCdoB

Prefeito de Guanhães, MG, filia-se ao PCdoB

ALDANNY REZENDE E JOSÉ VIEIRA FILHO

José Luís de Araújo, médico e prefeito de Guanhães, Minas Gerais, depois de procurar o deputado Sérgio Miranda e visitar a deputada Jô Moraes na Assembléia Legislativa, filiou-se, dia 8 de maio, ao Partido Comunista do Brasil. Ele assinou a ficha na presença dos dirigentes estaduais do PCdoB José Vieira Filho, secretário de Organização, e Aldanny Guimarães Rezende, secretário de Assuntos Parlamentares e Institucionais.

Em uma reunião, na residência do doutor José Luís, com membros da equipe de governo da prefeitura, trabalhadores, lideranças comunitárias e sindicais, os dirigentes estaduais do Partido expuseram a história do PCdoB e suas propostas para o Brasil. No final da visita foi constituída a comissão provisória do PCdoB na cidade, tendo como presidente José Luís, secretário de Finanças a liderança comunitária Alair Ferreira da Silva e secretária de Organização Roberta.

À tarde ocorreu uma primeira reunião de trabalho da nova comissão política, onde foram traçadas as diretrizes iniciais de ação do PCdoB de Guanhães. A sessão municipal da 9ª Conferência foi marcada, assim como uma série de visitas dos dirigentes visando avançar na construção de um projeto político próprio do Partido no município.

A cidade, localizada na região do Vale do Rio Doce, possui em torno de 30 mil habitantes e um PIB de cerca de 70 milhões de reais. Sua história está marcada pelo ciclo do ouro e hoje é um centro de importância em uma micro-região que congrega 28 outros municípios. A cidade, onde atuam empresas como a Cenibra e a Itambé, tem belezas naturais conhecidas, como a cachoeira das Pombas.

Em 2000, após uma calorosa disputa o doutor José Luís, na época filiado ao PT, venceu o pleito para prefeito com 5.252 votos (37,7% do eleitorado) derrotando o então prefeito, candidato pelo PSDB, que obteve 31%, e Arnal-

do Caldeira, do PFL que ficou com 24%, além de três outros candidatos.

O primeiro prefeito comunista da história de Minas Gerais deu o seguinte depoimento para A Classe Operária:

Classe: Como foi sua trajetória política?

Doutor José Luís: Comecei a atuar no movimento secundarista, no Colégio Estadual Central em Belo Horizonte; nasci no município de Rio Vermelho, mas fui a BH estudar, lá fui do grêmio e da Umes-BH e atuava junto com o pessoal do PCB. Era o início da ditadura militar. Depois ingressei na faculdade de medicina da UFMG, onde me formei em 1973, e três anos depois vim trabalhar em Guanhães, como médico legista e professor de biologia. Em 1988 fui candidato a vice-prefeito na chapa do PMDB e em 2000 me candidatei pelo PT e fui eleito.

Classe: Como tem sido sua administração até aqui?

Doutor José Luís: Temos muitos problemas na administração. Tivemos uma herança muito perversa da administração passada, com grandes dívidas e muitos problemas. O início da administração também foi complicado, seja por falta de experiência nossa, seja por problemas políticos que tivemos, mas levantamos a cabeça e fomos adiante.

Hoje, ao fazer um balanço, podemos dizer que trabalhamos preferencialmente pela população pobre do município. Pavimentamos alguns bairros em regime de parceria com a comunidade, o que traz um envolvimento do povo com a administração.

Na educação, estamos empenhados em trazer a PUC para a cidade; já recebemos a autorização do MEC e ela pode estar funcionando



Dr. José Luís: "Partido sério"

ainda este ano ou, no mais tardar, em janeiro de 2004. Levamos o segundo grau em parceria com o governo estadual para dois distritos que não tinham o ensino médio e construímos uma escola na sede.

Na saúde estamos com sete equipes do PSF funcionando a pleno vapor. Vamos inaugurar este semestre mais um posto de saúde na comunidade do Vermelho.

Na infra-estrutura criamos uma ampla rede de esgoto que praticamente inexistia na cidade, um reservatório de água. Na área social estamos com a oficina ELO profissionalizantes, com vários cursos do FAT, apoiamos a Apae, creches e temos um extenso trabalho com a terceira idade. No município, o Curumin (projeto ligado ao governo do estado na área de esporte) atende a mais de 300 crianças, fizemos o cadastramento único para o bolsa-escola com equipe própria, fizemos um grande diagnóstico social da cidade. Construímos vinte casas popula-

res e apoiamos com material outras cem moradias para a população carente. Iluminamos alguns bairros, adquirimos equipamentos para a prefeitura como ônibus, três carros, além de barracas para os artesãos (que têm forte presença na região). Estamos no rumo de um governo popular, para o qual fui eleito. Chegaremos lá. Não fizemos tudo o que queríamos devido à herança que recebemos, mas persistimos e vamos chegar lá.

Classe: Qual o motivo de seu ingresso ao PCdoB?

Doutor José Luís: Minha origem é camponesa; eu sou socialista; vivo no meio popular, junto com a população pobre; não sairia da esquerda. Tive problemas sérios com o PT local, embora respeite muito o partido e várias lideranças suas em Minas Gerais. Escolhi o PCdoB e vamos caminhar no rumo de uma sociedade melhor.

Classe: Qual sua expectativa com esta filiação?

Doutor José Luís: Primeiro, uma grande satisfação pessoal por poder contar com os camaradas da cidade, do Estado, do Brasil e até internacionalmente, para ajudar o povo. Não posso decepcionar o Partido. Quero dizer a todos os comunistas do Brasil e de Minas Gerais que o PCdoB tem uma história e quero passar a participar dela, desta luta. Quando li o livro da Jô Moraes e vi que uma menina de quinze anos na ilegalidade foi para Pernambuco, São Paulo, Rio até se fixar em Minas, trabalhando como cortadora de cana e quase cortou seu joelho, vivendo na clandestinidade, a gente vê que é uma coisa séria, é um partido sério e que eu não posso decepcionar. Ao povo de Guanhães eu digo: o PCdoB é um caminho de luta do povo da cidade.

Desfiliação do vereador Augusto Gonçalves, de Fortaleza

A Comissão Política do Comitê Municipal do PCdoB/Fortaleza informa que o vereador Augusto Gonçalves não é mais filiado ao nosso Partido, tendo seu desligamento ocorrido por sua própria iniciativa.

Desde a sua filiação ao nosso Partido, no início de 1999, fizemos um grande esforço para integrar Augusto Gonçalves às atividades partidárias e à necessária militância que é exigida de todos os comunistas. O parlamentar foi inclusive eleito para compor o Comitê Estadual e Comitê Municipal de Fortaleza. Para sua assessoria parlamentar foram indicados quadros com larga experiência política e longa militância partidária.

Nas eleições municipais de 2000, o Partido dedicou-se com atenção especial à reeleição de Augusto Gonçalves, deslocando para seu comitê eleitoral alguns dos mais experientes e qualificados dirigentes e militantes partidários. Sua reeleição, entretanto, não foi possível, ficando na primeira suplência da coligação. Após perder o mandato parlamentar, Augusto Gonçalves afastou-se totalmente de qualquer atividade partidária, apesar dos esforços do Partido para mantê-lo integrado.

Nas últimas eleições, mesmo não se desligando oficialmente do PCdoB, e tendo este lançado 28 candidatos a deputado estadual, inclusive 8 em Fortaleza, Augusto Gonçalves decidiu apoiar um candidato de outro partido, criando uma situação desconfortável em nossa militância. Ainda assim, o Partido foi condescendente quando Augusto Gonçalves, ao assumir o mandato no início deste ano,

manifestou interesse de continuar filiado ao PCdoB. O Partido o recebeu novamente, anunciou sua posse em seus órgãos de comunicação, inclusive nacionais, e mais uma vez buscou integrá-lo à militância. Foi inclusive indicado como líder da bancada municipal, composta também pelo vereador Lula Moraes.

Os esforços, entretanto não obtiveram êxito. Na verdade, Augusto Gonçalves praticamente ignorava o PCdoB e não participava da vida partidária. Neste sentido, sua desfiliação não chegou a se constituir numa surpresa e, de certo modo, era até esperada.

Diante dos fatos, a Comissão Política do PCdoB/Fortaleza só tem a lamentar que o parlamentar não tenha conseguido integrar-se a um Partido que há 81 anos luta para construir um Brasil efetivamente soberano e democrático, além de social e economicamente justo. O vereador faz o caminho inverso a muitos dos melhores brasileiros que hoje buscam as fileiras comunistas para somar-se à esperanzosa corrente mudancista que elegeu o presidente Lula e busca fazer avançar o projeto democrático, patriótico e desenvolvimentista almejado pelo nosso povo.

Esperamos que, mesmo afastado do PCdoB, Augusto Gonçalves mantenha-se próximo do campo progressista e possa contribuir para um novo Brasil que todos nós desejamos.

Fortaleza, 6 de maio de 2003.
Comissão Política
do PCdoB/Fortaleza

Novos vereadores somam-se ao PCdoB

Dois vereadores ingressam nas fileiras do PCdoB: Jorge da Silva Pinho, de Iguaba Grande, Região dos Lagos, no Rio de Janeiro, e Otávio Luft, do município de Três Passos, nordeste do Rio Grande do Sul.

Jorge Pinho é vice-presidente da Câmara Municipal de Iguaba Grande, professor de Educação Física e mantém uma academia de artes marciais na cidade. Afirma identificar-se com o PCdoB por ser o partido "que luta em favor dos menos favorecidos". Quando em campanha para seu primeiro mandato, o vereador voltou seus projetos para a comunidade juvenil, tornando-se referência para a juventude do município. "Queremos contar com a ajuda determinante de Edmilson e Jandira na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) e no Congresso Nacional, além de alavancar projetos junto com o camarada Agnelo Queiroz, ministro do Esporte, para desenvol-

vimento de Iguaba Grande e do estado do Rio", diz ele.

Otávio Luft elegeu-se pelo PT em 2000, com 582 votos, sendo o vereador mais votado da Frente Popular na cidade. Com forte influência junto ao movimento de trabalhadores rurais, consolidou sua liderança e, hoje, destaca-se por sua atuação em defesa dos pe-

quenos agricultores. No parlamento municipal, composto por 13 vereadores, o PCdoB tem uma bancada composta pelo vereador Lirio Neuland e agora ampliada com o ingresso do vereador Otávio Luft. Com essa incorporação, o PCdoB passa a ser o único partido de esquerda com representação na casa.

Empresa jornalística

A CLASSE OPERÁRIA

Fundada em 1925

Diretor: João Amazonas (1912-2002)
Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira (Mtb 9.813 -SP)
Edição: Carlos Pompe (Mtb 249/01/128/AL),
Edvar Bonotto, Remy Feres. Editoração Eletrônica: Marco Godoy.
Administração: Francysse de Andrade Matarazzo

Alameda Sarutaiá, 185, Jardim Paulista, São Paulo, SP
CEP 01403-010 - Tel: (11) 3054-1800
Endereços eletrônicos: classe@pcdob.org.br,
www.vermelho.org.br, www.classe.org.br

NACIONAL

Aumenta o anseio no país pelas mudanças

RENATO RABELO*

Com o fim da guerra no Iraque, há um realinhamento mundial. Os Estados Unidos encontram dificuldades para formar e coordenar um governo em Bagdá sob seu tacão. Não têm conseguido pôr fim aos conflitos locais. Os xiitas, a maior força do país, teriam condições de construir a unidade, mas eles são contra os EUA e, portanto, não atenderiam aos propósitos do governo de George W. Bush. Mesmo a imprensa norte-americana diz que a situação é de fiasco para os objetivos da Casa Branca.

As normas do sistema de segurança coletiva instituídas no segundo pós-guerra e de relações internacionais foram colocadas em risco, com a ascensão do unilateralismo bélico dos EUA. O confronto militar passou a ser "exemplo" do que o governo Bush pode fazer quando contrariado, adotando uma política de atemorizar os dirigentes de outras nações. Aumentou, assim, a concentração do poder político mundial e aumentaram as ameaças e incertezas nas relações entre os países. O embaixador brasileiro Samuel Pinheiro, secretário executivo do Ministério das Relações Exteriores, ressalta em suas análises essa concentração de poder político mundial e a realidade anárquica que surgiu no mundo. As normas dos órgãos multilaterais foram colocadas em xeque.

Ao mesmo tempo, a conjuntura mundial está marcada, pela primeira vez na época da "globalização", pela recessão sincrônica nos três principais centros do capitalismo – os Estados Unidos, o Japão e a Europa (sobretudo Alemanha). Isso tem implicações de vulto sobre os países emergentes, como o Brasil, afetando exportações, investimentos etc.

Na América Latina, vive-se uma perplexidade. A década que passou foi de grandes desastres econômicos e sociais, fruto da aplicação das políticas neoliberais. Qual a saída desse fracasso? Não está nítida. O governo bra-

leiro desenvolve um esforço de integração da América Latina e, em especial, da América do Sul, uma orientação justa e correta. O resultado da eleição na Argentina pode fortalecer ainda mais este caminho, com uma possível parceria estratégica com o Brasil e o relançamento do Mercosul.

Resumindo, podemos afirmar que o mundo hoje está caracterizado por grandes ameaças, incertezas e instabilidade e afetado pela tendência recessiva nos principais centros econômicos. Essa situação tem implicações nos rumos que o governo brasileiro, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pode assumir e soma-se às particularidades da economia vulnerável e dependente do nosso país.

Disputas no governo Lula

O governo Lula apresenta quatro características principais e interdependentes, que envolvem a fase atual de definições e as discussões no âmbito do governo e entre as diferentes forças políticas: a orientação de sua política econômica; a elaboração e implementação de uma política estratégica nacional-desenvolvimentista; a integração com a América Latina e o posicionamento em relação à Alca; e a formação de uma nova maioria política no país. Em torno destas questões posicionam-se os vários setores e classes sociais, dentro e fora do governo.

O Partido Comunista do Brasil posiciona-se claramente pela mudança, pela adoção de uma política econômica desenvolvimentista. O governo diz que, para circundar o colapso, a situação de pré-insolvência que recebeu na posse, é necessário manter a política anterior. A questão passou a ser a seguinte: essa manutenção é temporária ou permanente? O documento divulgado pelo Ministério da Fazenda, "Política Econômica e Reformas Estruturais", fundamenta a manutenção dessa política. O presidente do Banco Central, no mesmo sentido, diz que a política conservadora será mantida



Lula (ao centro) na reunião ministerial, dia 19 de maio

em médio prazo. A persistência, por tempo maior, dessa política, de centrar a ação no ajuste fiscal e no combate à inflação, já demonstrou, no Brasil e em outros países, que leva ao desemprego, à recessão, ao aumento da dívida e afeta negativamente as exportações. Ganha corpo a compreensão de que a causa principal dos problemas vividos pelo país reside na vulnerabilidade externa, que precisa ser enfrentada, abrindo caminho para a retomada do desenvolvimento. Empresários de grande porte se engajam nessa luta, contrapondo-se aos banqueiros – até o vice-presidente da República, José Alencar, manifestou-se a respeito.

A implementação de uma política nacional-desenvolvimentista, de retomada do desenvolvimento, com investimento em infra-estrutura, geração de emprego e distribuição de renda, segundo economistas de várias tendências, pode ser realizada através de medidas gradativas de mudança. A discussão do Plano Plurianual é um momento privilegiado para definir um pensamento estratégico de desenvolvimento de médio e longo prazos. Os "dois preços básicos" da economia, sobretudo nesta atual etapa, a taxa de juros e a taxa de câmbio, têm de estar a serviço da política de desenvolvimento. Amadurece o processo de mudança gradativa, porque há um aspecto objetivo: a economia real, com recessão e desemprego, queda da indústria e do comércio; e um aspecto subjetivo, com

alternativas viáveis que vão surgindo e se tornando nítidas. A política macroeconômica voltada para o desenvolvimento é fundamental para o êxito de uma estratégia nacional-desenvolvimentista, com uma política industrial e investimentos em ciência, tecnologia e nos setores produtivos.

Na política externa, a integração continental, com uma política externa ativa e afirmativa, vem sendo desenvolvida pelo governo. Lula está levando em conta a diversificação do comércio exterior, inclusive com a busca de parcerias com a China, Índia e África do Sul, o relançamento e recomposição do Mercosul, ligando-o ao Pacto Andino. Uma política externa afirmativa de um país que, em termos de território, população e produto interno bruto é o terceiro do mundo, ficando atrás apenas dos EUA e da China, é parte integrante fundamental de um projeto de desenvolvimento.

Implementar esse conjunto de medidas envolve a formação de uma nova maioria política, não só no Parlamento, mas no sentido mais amplo. O governo tem de responder ao desafio de unificar as forças e correntes interessadas na mudança de rumos do país. Forças novas estão no centro do poder, mas vivem uma situação instável – o governo ainda busca se firmar e vive uma realidade política adversa num momento em que o mundo está caracterizado por grandes ameaças, incertezas e instabilidade

e com tendências recessivas nos principais centros econômicos.

Reformas da Previdência e Tributária

As reformas faziam parte do programa eleitoral da Coligação Lula Presidente, que se referia explicitamente às reformas da Previdência, Tributária, Trabalhista, Política e Agrária. O PT as coloca nos marcos de uma transição da política desenvolvimentista e centra seu empenho, até o momento, na reforma da Previdência. O PCdoB tem apresentado opiniões quanto às propostas apresentadas, no sentido de ampliar a inclusão dos milhões que estão fora do regime de previdência social, manter o regime de previdência especial do servidor, corrigindo distorções, fortalecendo a estrutura do Estado. O governo Lula é uma coalizão da qual fazemos parte e cremos que não existe outro caminho, hoje, para alcançarmos nossos objetivos programáticos partidários, se não através deste governo. Não existe atualmente outra alternativa política viável mais avançada. Somos parte integrante da frente governista e buscamos posições comuns para construir o avanço econômico, social e político necessários ao nosso país, e é com esta visão que atuamos.

Persiste a esperança do povo no atual governo. Lula busca, através da formação de conselhos e de fóruns, dar um sentido democrático à sua administração, sob a hegemonia plena do PT, mas também contemplando um espectro político amplo, envolvendo grandes empresários. Todas as forças de esquerda, avançadas, renovadoras, são participantes do governo.

Os compromissos do PCdoB são de defesa dos interesses do povo, de busca da consolidação e êxito do governo Lula e de fortalecimento da unidade partidária.

*presidente do PCdoB, intervenção na reunião da Comissão Política do Comitê Central, 18 de maio, S. Paulo

Em livro, uma política de defesa do Brasil para o século 21

MARCELO RAFAEL RECH

Com a presença do ministro da Defesa, José Viegas Filho, os três comandantes militares e os deputados João Paulo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, líder do Governo na Câmara e Zulaiê Cobra, presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Câmara dos Deputados lançou dia 15, o livro "Política de Defesa para o Século 21", que tem como organizadores o professor Luis Fernandes e o deputado Aldo Rebelo.

A publicação reúne a coletânea de palestras e debates realizados acerca do seminário sobre política de defesa realizado no mês de agosto de 2002 pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. A própria realização do seminário constituiu um esfor-

ço da Comissão no sentido de valorizar social e institucionalmente o tema de defesa, tão pouco discutido na sociedade brasileira.

Segundo o deputado Aldo Rebelo, líder do governo e ex-presidente da Comissão de Relações Exteriores quando da realização do evento, "é verdade que o Brasil é um país sem tradição de guerras de anexação ou expansão de espaço físico ou econômico. Porém, esse traço da nossa formação e história, não nos exime da responsabilidade de cuidar da defesa do povo e da Nação".

Ele ressaltou que o principal objetivo do seminário que reuniu mais de 20 conferencistas entre civis e militares, "foi oferecer ao país, alternativas a uma política de defesa compatível com os objetivos geopolíticos nacionais, parte estratégica na construção de um

projeto de Nação independente, democrática e soberana".

Agora, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, a Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro e a Fundação Habitacional do Exército oferecem as palestras como contribuição para a elaboração de uma política de defesa que esteja à altura da grandeza do Brasil e suas responsabilidades internas e externas.

Esta a apresentação do texto elaborada pelo deputado Aldo Rebelo:

A realização do seminário "Política de Defesa para o Século XXI" constitui esforço da Câmara dos Deputados e da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional em valorizar social e

institucionalmente tema tão pouco discutido.

É verdade que o Brasil é um país sem tradição de guerras de anexação ou expansão de espaço físico ou econômico. Vale lembrar, porém, que esse traço em nossa formação e história nacional não nos exime da responsabilidade de cuidar da defesa do povo e da Nação.

O Brasil possui cerca de 15.800 quilômetros de fronteiras, mais de sete mil quilômetros de litoral e um imenso espaço aéreo que devem merecer a proteção e a defesa de nossas Forças Armadas. O fim da Guerra Fria não garantiu o mundo sem conflitos anunciado pelos epígonos da globalização. A unipolaridade e a doutrina de intervenção anunciam tempos sombrios para povos e nações.

O projeto nacional de cons-

trução de uma Nação independente, democrática e justa desafia as instituições nacionais ao enfrentamento de constrangimentos econômicos, sociais e políticos inadiáveis. Uma política de defesa compatível com os objetivos geopolíticos nacionais figura como necessidade intransponível na construção desse projeto.

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, a Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro e a Fundação Habitacional do Exército oferecem as palestras proferidas no Seminário Política de Defesa para o Século XXI como contribuição para a elaboração do projeto nacional de construção de uma Nação independente, democrática e justa que tenham a responsabilidade de traçar a política de defesa do Brasil para o século XXI.

PCdoB

Um ano sem João Amazonas

JOSÉ CARLOS RUY

Os comunistas, os democratas, os progressistas e patriotas brasileiros lembram, neste dia 27 de maio, o primeiro ano em que vivemos sem João Amazonas. Foi um ano de mudanças intensas na vida do país. A vitória da Frente Lula Presidente abriu perspectivas grandiosas para o povo brasileiro e também para nosso movimento, de mudança de rumo e possibilidade do início de construção de um projeto alternativo ao conservadorismo neoliberal que dominou o país desde o começo da década de 1990.

João Amazonas não pode viver estes últimos acontecimentos que trazem, indelével, a marca de sua atuação persistente, contínua e intransigente em defesa dos direitos dos trabalhadores e do povo, da democracia e da soberania nacional.

Dirigente e construtor do Partido

João Amazonas foi, fundamentalmente, um construtor do Partido. Sua declaração, no discurso feito ao plenário do 10º Congresso do Partido, em 2001, de que aquele congresso registrava “um partido vitorioso”, pode ser entendida não somente como a saudação ao crescimento e amadurecimento do PCdoB, mas também como a satisfação de dar por cumprida uma tarefa em ele esteve à frente por mais de meio século.

“Camaradas, temos um partido combativo, que não é fechado; um partido — em certo sentido — alegre porque luta por ideais elevados, com a certeza de que eles podem ser conquistados. Por isso me alegro na realização deste 10º Congresso, sobretudo o entusiasmo e a numerosa participação de delegados de quase todo o Brasil. O nosso Partido vive uma situação de real importância para os destinos do nosso país. Sáfmos, nestes oitenta anos de luta, daqueles períodos duros em que o Partido não passava de uma força — sem dúvida — combativa e cheia de heroísmo, porém fechada e com dificuldades para se relacionar e se impor na sociedade brasileira como uma organização respeitável e digna de ser ouvida e seguida pelos brasileiros.” E dizia, convicto, que “este Congresso assinala um ponto de viragem para o nosso Partido. Estou certo de que nas próximas eleições vai ficar definido melhor ainda como o PCdoB vai conquistando posições sólidas na sociedade brasileira — um par-

tido que se impõe pela defesa não somente dos ideais grandiosos, como é a conquista do socialismo, mas sobretudo por saber dar soluções aos problemas cruciais que se colocam a cada momento na vida do nosso país.”

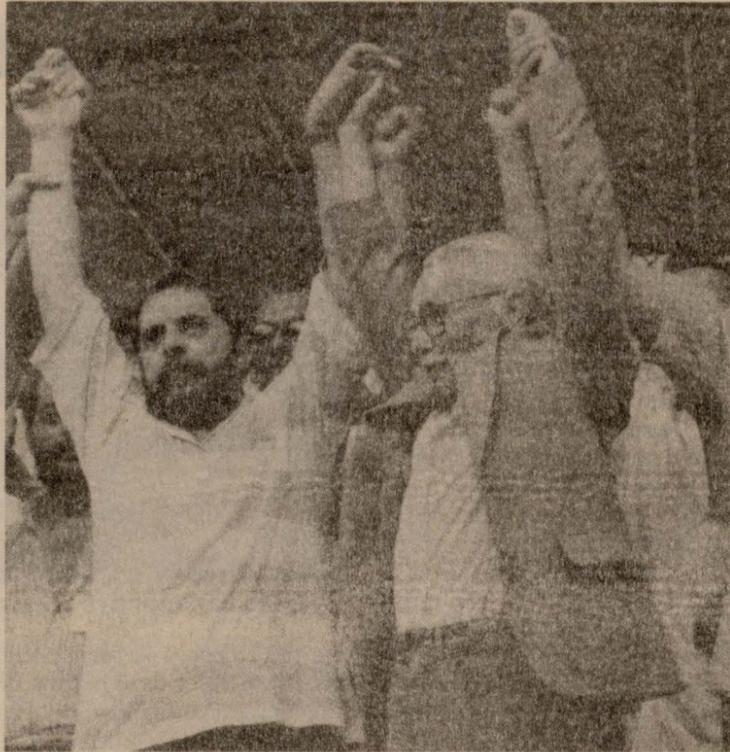
Aquele discurso, curto mas intenso, registra o legado principal do veterano dirigente, um Partido sólido e maduro, pronto para enfrentar suas grandiosas tarefas.

João Amazonas, lembrando sucintamente o duro caminho percorrido, não deixou de registrar aquilo que foi uma de suas principais preocupações, e onde deixou uma forte contribuição teórica, a combinação justa entre tática e estratégia.

A atividade de organizador, ideólogo e dirigente político do Partido consumiu a maior parte de seus 67 anos de militância ininterrupta, iniciada em 1935 quando, jovem, participou de um comício da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em Belém do Pará, onde nasceu e vivia, permitiu-lhe que vislumbrasse a possibilidade de um mundo sem exploração, e levou-o a filiar-se ao Partido.

João iniciou sua militância em anos de opressão policial, difíceis para os comunistas. Com a prisão de todos os membros do Comitê Nacional, o Partido ficou sem sua direção central e praticamente foi desarticulado pela repressão. Mas o Partido é comparável à fênix, ave lendária que renasce de suas cinzas, disse João Amazonas em uma entrevista concedida à Comissão de História do PCdoB. E, em 1941, João Amazonas fazia parte do grupo de comunistas que começou o esforço pela reconstituição da direção nacional, o grupo que criou a CNOP (Comissão Nacional de Organização Provisória) e realizou, em 1943, na mais pesada clandestinidade, a “Conferência da Mantiqueira”, onde o Partido Comunista do Brasil foi praticamente refundado. Nela, João Amazonas foi eleito membro do Comitê Central e passou a compor a comissão executiva e o secretariado, ficando responsável pelo trabalho sindical e de massas.

Com o fim da ditadura, em 1945, o Partido conquistou a legalidade e teve enorme sucesso eleitoral, que elegeu um senador e quatorze deputados à Assembléia Nacional Constituinte de 1946, teve quase 10% dos votos para presidente, e teve expressiva vitória em várias Câmaras Municipais de cidades importantes, entre elas a Capital Federal. João Amazonas foi eleito deputado federal constituinte, com uma das maiores votações do Distrito Federal. Essa intensa atividade



Lula com João Amazonas na campanha eleitoral de 1989

legal, com expressão institucional e, principalmente, no movimento social, parecia coroar o esforço iniciado em 1941. Mas esse florescimento durou pouco e, em 1947, um golpe do governo reacionário do marechal Dutra ameaçou pôr tudo por terra outra vez — o registro do Partido foi cassado em 1947 e o mandato dos parlamentares comunistas, em 1948. Além de tudo isso, foi emitida uma ordem de prisão contra os dirigentes partidários, empurrando novamente os comunistas para a clandestinidade.

Recomeçava, assim, o esforço de reconstrução do Partido. Aquela situação adversa durou quase uma década. Na primeira metade da década de 1950, houve uma retomada limitada da legalidade, que poderia permitir o fortalecimento do Partido. Entretanto, o revisionismo do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, de 1956, repercutiu gravemente na direção partidária brasileira, ameaçando inclusive a própria existência do Partido como organização revolucionária e avançada do proletariado brasileiro.

A continuidade revolucionária

João Amazonas foi, desde então, um dos principais dirigentes da resistência revolucionária, marxista-leninista, contra o surto reformista que atingiu o Partido, contaminando setores importantes de sua direção e levando a cisão às fileiras comunistas. Em fevereiro de 1962, ao lado de Maurício Grabois, Pedro Pomar e outros camaradas, participou da liderança do grupo de revolucionários que garantiu a continuidade revolucionária do Partido Comunista do Brasil.

A fênix, mais uma vez, renasce, e João Amazonas foi um dos protagonistas desse renascimento, talvez o mais destacado. Outra vez se repetia o esforço, que parecia interminável, de reconstrução do Partido. Esforço que, apenas dois anos depois, ficou mais difícil quando, em 1964, os generais e a elite reacionária deram um golpe de estado abrindo a ditadura militar que duraria mais de duas décadas.

A repressão policial promovida contra os democratas, os nacionalistas e os comunistas foi outro enorme obstáculo para a recons-

trução partidária. Somente no período entre 1972 e 1976, oito membros do Comitê Central foram assassinados: Lincoln Cordeiro Oest, Luís Guilhardini, Carlos Danielli, Lincoln Bicalho Roque, Maurício Grabois, João Batista Franco, Ângelo Arroyo e Pedro Pomar. Inúmeros outros dirigentes nacionais foram presos e, depois do Massacre da Lapa (São Paulo, 1976), o núcleo principal da direção partidária, onde João Amazonas tinha posição de destaque, teve de se exilar. Só voltaram em 1979, com a Anistia, conquistada depois de uma jornada onde o Partido teve papel central.

A anistia de 1979 criou uma situação nova no país, e os comunistas puderam, gradualmente, voltar a agir em situação de semilegalidade e, depois do fim da ditadura, em 1985, voltar a organizar-se legalmente e agir de forma aberta. Desde 1985, a tarefa de reconstrução e reorganização do Partido assumiu outro rumo. Tratava-se, agora, de implantar o Partido em todos os Estados e nos maiores municípios; fortalecer sua estrutura; enraizá-lo no movimento de massas; consolidar sua presença em sindicatos e espaços institucionais (nas Câmaras Municipais, Assembléias Legislativas, Congresso Nacional, além da incipiente presença em governos municipais e estaduais). Foi desse trabalho intenso, sob a direção firme e arguta de João Amazonas, que resultou o Partido vitorioso de hoje.

Neste trabalho de reconstrução partidária, que durou seis décadas, entre 1941 e 2002, João Amazonas teve papel destacado. Seu discurso aos delegados do 10º Congresso, de 2001, quando se despediu da função de principal dirigente do Partido, foi também a declaração de que essa tarefa estava, afinal, cumprida.

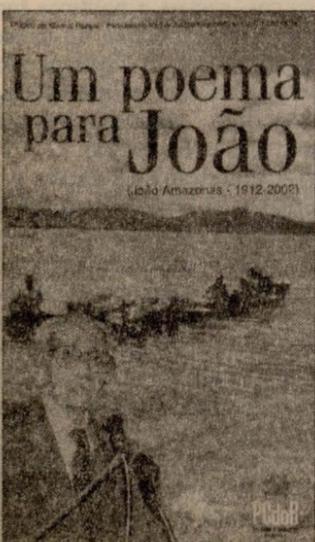
Nas lutas do povo

A atividade de organizador desenvolvida por João Amazonas aplicou-se também nas áreas sindical e política. Ele inaugurou sua atuação comunista, em 1935, organizando uma célula na fábrica onde trabalhava, na época parte do oel surguiu, logo depois, o Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Biscoitos, Massas Alimentícias,

Chocolate e Semelhantes. O sindicato se filiou à União dos Proletários de Belém, que reunia entidades de marítimos, metalúrgicos, construção civil, alfaiates, comerciantes”. Em seguida, João Amazonas foi eleito delegado na União dos Proletários de Belém. Este envolvimento custou-lhe a primeira prisão, que durou 15 dias. No início de 1936, a polícia realizou várias prisões de integrantes da ANL, colocada na ilegalidade após o levante de 1935. João Amazonas e seu camarada Pedro Pomar foram encarcerados. Na cadeia, realizaram uma greve de fome contra os maus tratos e ministraram aulas de marxismo-leninismo aos demais companheiros. Em junho de 1937, foram julgados e absolvidos por falta de provas. Em novembro de 1937, depois do golpe de Estado que implantou a ditadura do Estado Novo, Amazonas e Pomar entraram na clandestinidade, tendo sido presos novamente em 1940, ficando na prisão até 1941, quando fugiram. Com o fim da ditadura, em 1945, e a legalidade do Partido e o crescimento da luta de classes, João Amazonas foi um dos organizadores e um dos principais dirigentes do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), em 1945, criada sob inspiração do Partido. Eleito deputado constituinte, em 1945, naquela Assembléia João Amazonas atuou em torno de questões como direito de greve, liberdade e unicidade sindical, Justiça do Trabalho e em defesa das lutas dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho.

Dirigente político e ideólogo do Partido

Homem de pensamento avançado, depois de 1964 João Amazonas destacou-se como um opositor radical da ditadura militar e por isso mesmo foi odiado por ela. Seja nas selvas do Araguaia, procurando organizar a resistência armada, nos palanques da campanha das diretas, ou nas articulações que levaram a escolha de um candidato único das oposições, para derrotar o candidato da ditadura no Colégio Eleitoral, lá estava o velho combatente comunista. Quando a emenda das Diretas-já foi derrotada no Congresso dominado por parlamentares ligados à ditadura, João Amazonas procurou o governador Tancredo Neves, de Minas Gerais, para convencê-lo a enfrentar Paulo Maluf no Colégio Eleitoral. Após a derrota da ditadura, João Amazonas foi um ardoroso defensor da unidade das forças progressistas e um dos artífices da Frente Brasil Popular em 1989, e da primeira candidatura de Luís Inácio Lula da Silva à presidência da República. O próprio Lula reconheceu em declarações públicas a importância do papel de Amazonas na defesa de sua candidatura. Em certos momentos, só João Amazonas e eu acreditávamos no êxito de minha candidatura, disse ele. Com a derrota da Frente Brasil Popular e a vitória conservadora de Fernando Collor de Mello, João Amazonas compreendeu que a luta contra o conservadorismo e a legalidade na tática e na estratégia das forças democráticas, populares e revolucionárias. Aquela vitória



O vídeo Um poema para João é o registro poético da solenidade na qual foram espalhadas as cinzas de João Amazonas; é uma homenagem do PCdoB, feita no calor da hora, ao seu veterano militante e dirigente.

Pedidos para:
A Classe Operária
a/c Francirose

Fone: 11 3054-1829
E-mail: classe@pcdob.org.br
Preço: R\$ 10,00

PCdoB

Seminário sobre desenvolvimento mobiliza lideranças em Brasília

PEDRO CASTRO E RITA POLLI

Cerca de cento e cinquenta pessoas lotaram o auditório do Espaço Cultural na Câmara dos Deputados para debater dia 12 de junho os rumos da política econômica no governo da mudança com a economista Maria da Conceição Tavares e o professor da UFRJ, Luiz Fernandes.

Ao abrir o primeiro dia do seminário promovido pelas lideranças do PCdoB e do PSB, com o apoio da 1ª suplência da Mesa da Câmara e do Instituto Maurício Grabois, o líder Inácio Arruda (PCdoB/CE), disse que o Brasil precisa fugir do conservadorismo imposto pelas elites durante toda sua história e ajudar o governo Lula a ser exitoso. "Esse é o motivo do nosso encontro, insistimos no permanente debate para que o Poder Legislativo cumpra o seu papel no amadurecimento da discussão sobre os grandes temas nacionais".

Inquietação que veio do povo

O líder do PSB, Eduardo Campos (PE), disse que "este é o momento da necessária consolidação da luta de apoio estratégico ao governo Lula contra a herança que foi deixada pelo governo Fernando Henrique. O risco que o Brasil correu nesses três primeiros meses continua. Precisamos interferir no debate em torno de uma ação política mais eficaz junto ao governo Lula", afirmou Eduardo.

Redução das desigualdades

Luiz Fernandes lembrou que não há nenhuma experiência internacional de desenvolvimento com sucesso no mundo que não tenha partido de um processo articulado do poder público. Ele disse que uma ação desenvolvimentista pressupõe a redução das desigualdades por um lado e o aumento de riquezas e de poder no âmbito internacional, situações capazes de construir um ciclo de sustentação e crescimento que vençam o atraso herdado por FHC. "Sem isso o país não consegue alcançar a compreensão de que a liberalização de uma agenda econômica é incompatível com o desenvolvimento", afirmou.

O professor da UFRJ destacou que a vitória do governo da mudança se deve ao aumento do quadro de insatisfação popular e desencanto do empresariado nacional com relação ao governo FHC, que privatizou setores estratégicos como o de eletricidade e provou o fracasso da onda globalizante da agenda de 1990 a 2002. "Vivemos uma novidade histórica no país, a da vitória das forças que nunca ocuparam a função dirigente e que tiveram a oportunidade de tomar o poder e derrotar as elites. Agora é o momento de um concreto diagnóstico da situação do país para promover o aumento dos controles sobre as contas de capital.", finalizou.

A polêmica professora esquentou o debate

Para Maria da Conceição Tavares, a América Latina é vítima da mesma política brasileira de sobrevalorização cambial por um la-

do e corte nos investimentos sociais por outro. Ela afirmou que sua posição no governo Lula é de denunciar as coisas ruins antes que elas aconteçam, e citou Lenin para ilustrar a disposição de ser uma repórter da verdade: "os fatos são os fatos e ponto final", afirmou.

Ela disse ainda poder afirmar que, nos três primeiros meses, o governo Lula mostrou-se um sucesso, mesmo tendo sido necessária uma "agenda conservadora" para que "a vaca não fosse para o brejo", e completou: "o Brasil é pequeno do ponto de vista político, mas consegue fazer desde o início uma política externa satisfatória de negociação comercial, o que não é fácil."

Veja a seguir algumas assertivas da economista:

Sobre os bancos: "os bancos brasileiros, entre todos os dos países em desenvolvimento, são os únicos que ainda não quebraram, isso porque a burguesia bancária do Brasil é mais antiga do que a burguesia industrial."

Sobre o governo: "O governo Lula em termos de economia é diferente de todos os anteriores. Tem um médico no Ministério da Fazenda, o que o impede de dizer "esqueçam o que eu escrevi", uma vez que ele nada escreveu antes de ser ministro.

Sobre o projeto: "Ter um projeto de desenvolvimento pressupõe a busca de uma política externa independente".

Sobre o salário mínimo: "Essa coisa de equivalência do salário mínimo ao dólar é uma estultice. Não estamos mais no câmbio fixo. A variação chega a 50%".

Sobre os deputados e senadores: "O Congresso Nacional precisa se aprimorar e abrir uma escola de serviço público para melhor formar seus parlamentares". Aos deputados e senadores: "comunique-se, informem-se e não fiquem cacarejando".

Sobre as armadilhas de FHC: "O governo Lula passou os três primeiros meses de seu governo desarmando bombas armadas pelo governo anterior e agora está tratando de limpar o terreno em torno dessas bombas". "Fernando Henrique subiu a carga tributária de 2% para 32% em oito anos".

Sobre o desemprego: "O Brasil precisa de emprego, emprego, não só nas pequenas, mas nas médias e grandes empresas. Não podemos conviver com 20% de desemprego aberto nas grandes metrópoles. É preciso crescimento com investimento". Sobre as políticas públicas: "Precisamos sair da armadilha de dar para os juros mais do que dedicamos às políticas sociais".

Sobre o projeto nacional: "O Brasil precisa de liquidez, crédito e investimento. Precisa se tornar uma nação, uma civilização dos trópicos, uma novidade", parafrazeando o ex-senador Darcy Ribeiro.

Um conselho ao presidente Lula: "Temos presidente do Banco Central adepto dos juros altos e um ministro do Planejamento com a tesoura na mão". "O Presidente precisa enquadrar os dois e ponto final".

Sobre a reforma da Previdência



Maria Conceição Tavares, ao microfone, no seminário

cia: "O melhor para a Previdência é aumentar a cobertura. Os fundos de pensão quebraram todos no mundo e não podemos seguir esses exemplos, principalmente se a tendência for de queda dos juros.

Destino da América Latina é a soberania

No segundo dia o seminário sobre o novo modelo de Desenvolvimento Nacional, a conclusão dos debatedores foi de que o caminho dos países da América Latina é multipolar e não hegemônico, e obedece o princípio da soberania entre os estados. A reunião foi coordenada por Alice Portugal (PCdoB/BA) e Edson Ezequiel (PSB/RJ) e teve como debatedores Aldo Rebelo (PCdoB/SP), líder do governo na Câmara; Samuel Pinheiro Guimarães, secretário executivo do Itamaraty, e Roberto Amaral, ministro da Ciência e Tecnologia.

O líder do governo destacou que os interesses comuns entre os países da América do Sul se sobreponham às diferenças e isso justifica e reforça a necessidade de intercâmbios capazes de buscar meios e equipamentos de integração, como estradas e linhas aéreas para intercâmbio no continente. "São mais de 15 mil quilômetros de fronteiras com 10 países diferentes num espaço geográfico comum com grande potencial econômico, político e social", afirmou.

Rebelo disse ainda que a América do Sul é e precisa continuar sendo um espaço do planeta livre de bases e de tropas militares estrangeiras e que esses terrenos evidenciam interesses geopolíticos tidos como importantes para o governo Lula. O governo, na pessoa do embaixador Celso Amorim e do secretário Samuel Pinheiro Guimarães, demonstrou nesses três primeiros meses ter conseguido defender a soberania e lutar pela paz e auto-determinação dos povos, apesar dos limites e constrangimentos da diplomacia. O Brasil se posicionou sobre a questão da Venezuela, sobre a guerra do Oriente Médio e em favor da defesa dos direitos humanos.

A respeito da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), Rebelo lembrou a frase do ex-chanceler Celso Lafer: "O Mercosul é o destino do Brasil e a Alca é uma opção".

Samuel Pinheiro Guimarães afirmou que o Brasil não tem o destino de ser pequeno. "Se fizermos uma lista dos 10 países maio-

res do mundo em tamanho, em população e em PIB, apenas 3 países farão parte dessa lista: Brasil, EUA e China". Ele lembrou que a população de 170 milhões de habitantes cresce cerca de 2 milhões de pessoas a cada 10 anos, o que exige o fortalecimento do mercado interno, a conquista da auto-estima nacional e o crescimento do parque tecnológico. "O Brasil não tem o destino de um pequeno país. Ou nós seremos um grande país ou teremos que enfrentar grandes dificuldades", concluiu.

O Secretário ressaltou que a realidade brasileira não é de alegria e de grandes transformações, o que evidencia o importante desafio de diminuir as disparidades internas e enfrentar as vulnerabilidades externas.

Nova maioria política

A mesa que debateu o tema "A mudança exige nova maioria política" foi coordenada por Jandira Feghali (PCdoB/RJ), vice-líder do PCdoB e pelo deputado Casagrande (PSB/RJ). Renato Rabelo, presidente nacional do PCdoB, a senadora Patrícia Sabóia (PPS/CE), e o deputado Eduardo Campos (PSB/PE) evidenciaram a necessária sintonia entre os partidos da base aliada para que as mudanças se efetivem em curto prazo.

De acordo com o presidente nacional do PCdoB, Renato Rabelo, o maior desafio do governo Lula será a retomada do crescimento do país por meio do aumento da geração de emprego e renda. "O problema, não só brasileiro, mas mundial é canalizar o capital para a atividade produtiva", aponta Rabelo. Segundo ele, atualmente os recursos do capital estão voltados em grande escala para o mercado financeiro.

Com relação à situação nacional, Rabelo aponta a grave situação herdada pelo governo Lula após oito anos de um governo que apostou num falido modelo neoliberal e entregou o país num estado de pré-insolvência. "O período é de transição. Não há como realizar uma ruptura abrupta de uma hora para a outra", afirma Rabelo.

Rabelo considera que o governo está construindo uma forte base de apoio sobre três pilares: a consolidação de uma maioria política no Congresso Nacional; a manutenção de sua base de sustentação política e o amplo apoio popular. "Dessa forma será mais fácil obter resultados, dentre outras consequências, na violência generalizada".

MOVIMENTO

Os êxitos da CSC nos Cecuts e a plenária do 8º Concut

JOÃO BATISTA LEMOS*

Novo cenário

Será realizado nos próximos dias 3 a 7 de junho, na cidade de São Paulo, o 8º Congresso Nacional da CUT. A perspectiva é de que cerca de 2700 delegados(as) participem da reunião, que ocorrerá na seqüência dos congressos estaduais (os Cecuts), concluídos no último final de semana. A executiva nacional da Corrente Sindical Classista (CSC) fez um balanço parcial de sua participação no processo de congressos cutistas, concluindo que o sindicalismo classista já obteve significativos êxitos políticos.

As lideranças da CSC devem ocupar a presidência de três entre as quatro maiores CUTs estaduais: Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia. No caso das duas primeiras, o resultado já está definido. As chapas encabeçadas pela Corrente, em aliança com outras forças cutistas, venceram as eleições para os respectivos Cecuts. Em Minas, o operário gráfico José Antonio Lacerda, o Jota, deverá ser empossado na presidência da CUT e o sindicalista Jayme Ramos, dirigente do Sindicato da Alimentação de Niterói, é o novo presidente da CUT carioca. Graças a manobras feitas pela Articulação da Bahia, o congresso local não foi encerrado, mas adiado para uma plenária estadual em julho, onde será eleita a nova direção estadual. Mas a CSC é uma força claramente majoritária no estado e deverá preservar na presidência da CUT-BA o bancário Everaldo Augusto.

Foram notáveis também os progressos realizados em alguns outros Estados. É o caso de Goiás, onde a participação relativa da CSC no Cecut chegou a 39% e um dirigente classista ocupa agora a tesouraria da Central; Rio Grande do Norte, com 34% dos delegados(as) e três lideranças eleitas para a nova executiva da CUT e Acre, com 30% do Cecut e presença também marcante na nova direção. Na grande maioria dos Estados brasileiros, a CSC contará com lideranças nas novas executivas das CUTs estaduais.

Infelizmente em São Paulo, Estado de maior concentração operária em nosso país, e no Rio Grande do Sul, o tom foi outro e o saldo negativo pode ser medido no fato de que a CSC não conseguiu mobilizar nem mesmo 10% dos respectivos Cecuts, num mau sinal sobre a inserção do sindicalismo classista e do Partido Comunista do Brasil na classe trabalhadora. Cabe ressaltar que, em São Paulo, apesar dos pesares, uma liderança classista foi eleita para a nova executiva, o que ocorreu também no Estado gaúcho.

Ficou evidente que os melhores resultados foram conquistados nos Estados onde os dirigentes comunistas e as lideranças classistas se dedicaram com maior firmeza e convicção ao esforço orientado para o fortalecimento do trabalho no movimento sindical, procurando acentuar o caráter de classe, os compromissos e a tradição prole-

tária do PCdoB, em sintonia com as orientações emanadas da Conferência Sindical Nacional e do 10º Congresso.

De todo modo, já se pode adiantar que a CSC sairá fortalecida do processo em que vem se constituindo o 8º Concut. Até este momento, a Corrente presidia apenas uma CUT Estadual, a da Bahia, depois de uma importante vitória no último congresso baiano. Descortina-se, conseqüentemente, um novo cenário para a atuação do sindicalismo classista, marcado por maiores responsabilidades e novos desafios.

Uma política justa

As vitórias acumuladas até agora pela CSC devem ser atribuídas em larga medida a uma orientação política justa, independente e uma tática flexível no tocante às alianças, definidas em torno de bandeiras que destacam o respaldo ao governo Lula no sentido das mudanças e os seguintes pontos:

- defesa de autonomia e independência da CUT frente ao Estado;
- maior democracia interna da Central;
- por um novo projeto nacional de desenvolvimento, com valorização do trabalho, recomposição do papel do estado, adoção de uma política nacional-desenvolvimentista, com redução de juros e incentivos à economia produtiva, que contemple as bandeiras trabalhistas como política de emprego com a redução da jornada de trabalhos sem redução de salários; reforma agrária; recomposição do

poder aquisitivo dos salários e valorização do salário mínimo; defesa e ampliação dos direitos trabalhistas nas reformas em curso e fortalecimento da organização sindical com base na unicidade;

- fortalecimento do Fórum Nacional dos Trabalhadores, que deve definir posições unificadas do movimento sindical sobre as reformas e outros temas da atualidade, assim como o encaminhamento de lutas conjuntas;
- campanha contra a Alca, apoio à política externa que busca a maior integração dos países da América Latina, o fortalecimento do Mercosul e a defesa da soberania nacional;

Nas regiões em que a política de alianças não se pautou pela amplitude e flexibilidade, o resultado ficou aquém das possibilidades. Foi assim no Maranhão e no Amazonas, onde a CSC tem uma forte presença no movimento sindical, mas problemas políticos durante a plenária final dos Cecuts conduziram a delegação classista a concorrer com chapa própria.

A coordenação nacional da CSC entende que o Brasil vive hoje um novo cenário político, que requer uma maior unidade dos trabalhadores e sugere a necessidade de uma política de aliança no 8º Concut que pode ser traduzida numa chapa ampla, alicerçada na unidade das forças que apoiam o governo Lula no sentido das mudanças, defendendo a autonomia e democratização da Central, o fortalecimento da organização sindical a partir dos locais de trabalho, a garantia dos direitos sociais e

uma política desenvolvimentista, que tenha por fonte a valorização do trabalho e a afirmação da soberania nacional.

O desafio para as novas direções classistas nas CUTs estaduais e nacional (especialmente nos Estados em que a CSC tem maiores responsabilidades de direção) é trabalhar sem medir esforços para que a classe trabalhadora ocupe o papel de protagonista a que tem direito na luta por um novo rumo para o Brasil e no processo de mudanças que deverão estar em curso no governo Lula. Nesse sentido, é extremamente importante que o Congresso da CUT decida pelo fortalecimento do Fórum Nacional dos Trabalhadores, para buscar a unidade na ação do movimento operário na luta pelas mudanças. Deve aprovar também a formação e participação da CUT numa Coordenação Nacional dos Movimentos Sociais, fortalecendo o elo dos trabalhadores com o conjunto do movimento popular.

Para que os objetivos dos comunistas e do sindicalismo classista no 8º Concut sejam alcançados é também indispensável mobilizar as direções partidárias e da CSC nos Estados, para que garantam o efetivo comparecimento dos delegados e delegadas eleitos no 8º Concut. Nenhum sindicalista ligado ao PCdoB ou à CSC eleito delegado(a) para o congresso pode ficar de fora.

*secretário sindical nacional do PCdoB e coordenador geral da CSC

Congresso da UNE na reta final

RICARDO ABREU, ALEMÃO*

O 48º Congresso da UNE será realizado em Goiânia, de 18 a 22 de junho. Restam poucos dias para o credenciamento dos delegados e suplentes, que será realizado nos estados dias 7 e 8 de junho.

Os comunistas estão participando do congresso, apoiando a União da Juventude Socialista (UJS) e o movimento *Pra conquistar o novo tempo!* (integrado pela UJS, por independentes e outras forças políticas).

Wadson: "intensificar a mobilização"

A reta final exigirá dos ativistas do movimento *Pra conquistar o novo tempo!* o dobro do empenho que tiveram até aqui para alcançar as metas estaduais na eleição de delegados e suplentes.

Segundo o estudante Wadson Ribeiro, membro do Comitê Central do PCdoB, presidente da UJS e da coordenação do movimento *Pra conquistar o novo tempo!*, "nossa mobilização ainda está atrasada, principalmente nas capitais, e aquém do nível da disputa que estamos travando. É hora de intensificarmos as ações para levarmos uma grande delegação a

Goiânia. Ainda é grande a dificuldade para viabilizar o transporte para os milhares de delegados".

A vitória no 48º Congresso depende do estrito cumprimento daquele que, neste momento, é o objetivo central do movimento *Pra conquistar o novo tempo!*: credenciar 100% dos delegados e suplentes previstos.

As direções e militantes do Partido Comunista do Brasil devem estar atentos e dedicar efetivamente o apoio necessário à campanha da UJS e do movimento *Pra conquistar o novo tempo!* para o congresso da UNE.

Unidade dos estudantes pelas mudanças

A nova fase política que vive o Brasil fez aumentar a responsabilidade do movimento estudantil. É preciso mais unidade e mais combatividade para impulsionar as mudanças. A nova atitude deve implicar maior capacidade de elaboração de propostas e novas campanhas cívico-sociais promovidas pelos estudantes. É necessário unir os estudantes pelas mudanças.

De acordo com Wadson, "neste congresso, a forma que esta unidade pode ganhar é uma chapa única dos estudantes que

apoiam Lula e exigem as mudanças. A UJS está iniciando conversações com todas as forças políticas e grupos independentes para construir esta proposta, já que a situação política inédita reclama uma postura também inovadora do movimento estudantil".

O grande consenso alcançado nas discussões e votações durante os recentes congressos da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, a UEE-SP, e da União Paranaense dos Estudantes, a UPE-PR, demonstra que esta unidade é necessária para o Brasil e para o movimento estudantil.

A política unitária venceu na UEE-SP

Ocorrido entre os dias 1º e 3 de maio em São Carlos, o 6º Congresso da União Estadual dos Estudantes de São Paulo foi o maior da história da entidade. O Congresso – até agora o maior encontro estudantil da era Lula – contou com a participação de cerca de 2.000 estudantes, sendo a metade formada por delegados de universidades espalhadas por todo o estado.

A chapa *Pro que der e vier!* (versão estadual do movimento *Pra Conquistar o Novo Tempo!*, composta também por estudantes

de outros grupos políticos e por independentes) obteve 567 votos, contra 272 da chapa *Paratodos* (formada pelas várias tendências da Juventude do PT e apoiada pela JR8), e 81 da chapa *Ruptura Socialista* (ligada à Juventude do PSTU). O estudante de jornalismo da PUCCamp Gustavo Petta foi reeleito presidente da UEE-SP.

Apesar da grande maioria alcançada pelo movimento *Pro que der e vier!*, a UJS, mesmo sendo isoladamente a maior força política do congresso, não conseguiu atingir as suas metas, e era minoria no congresso.

As votações realizadas na plenária final revelaram o alto nível de unidade entre a grande maioria das correntes que participam do movimento estudantil paulista.

Os integrantes da tese *Ruptura Socialista*, ligados à Juventude do PSTU, preferiram apresentar textos diferenciados sobre os temas da conjuntura.

Novo tempo na UPE-PR

Após a derrota no Congresso da União Catarinense dos Estudantes – UCE – a vitória no Congresso da UPE-PR dos integrantes do movimento *Pra Conquistar o Novo Tempo!* participa-

ram do Congresso da União Paranaense dos Estudantes, dias 17 e 18 de maio em Campo Mourão.

Ainda na preparação do Congresso, foi lançado o manifesto *Um Novo Paraná, um Novo Movimento Estudantil*, assinado pelo movimento *Pra Conquistar o Novo Tempo!*, Juventude do PMDB, Juventude do PPS e grupos independentes. O texto conclamou à unidade em torno de um novo tempo para o Paraná e o Brasil.

Participaram 410 delegados. A política consubstanciada no manifesto foi vitoriosa. Em quase todas as votações as propostas foram aprovadas com mais de 90% dos votos dos delegados. A Juventude do PT, que votou com a maioria em todas as propostas, estranhamente não quis participar da chapa única. Os estudantes paranaenses reelegeram Madson Oliveira, da UJS e do movimento *Pra conquistar o novo tempo!*, para presidente da entidade.

As únicas forças políticas que se recusaram a participar da chapa que venceu com 302 votos foram as Juventudes do PT e do PSTU. Suas chapas tiveram respectivamente 1 voto e 8 votos.

*do Comitê Central

INTERNACIONAL

O declínio do dólar e a vitória da anarquia

UMBERTO MARTINS

O expressivo declínio do dólar pelo mundo, também no Brasil, mas especialmente frente ao euro, talvez seja o fenômeno mais relevante em curso na chamada economia global. No dia 9 de maio, a moeda estadunidense fechou valendo apenas centavos (86,9) de sua principal rival europeia. Trata-se de uma desvalorização que traduz a extraordinária instabilidade monetária de nossos dias e sinaliza o esgotamento do padrão e da hegemonia do dólar, vigente desde o pós-guerra.

No rastro da queda do dólar restam perdedores (em geral, as empresas que exportam para o mercado norte-americano, por enquanto o maior do mundo, bem como investidores com ativos em dólar) e ganhadores (importadores e, sobretudo, quem contraiu dívida em dólar). Para o Brasil, o resultado geral é predominantemente positivo, já que ocorreu uma desvalorização real da dívida e do passivo externo (amenizando a vulnerabilidade externa) e também da dívida pública interna (em boa medida dolarizada), assim como certa diluição da pressão inflacionária. É um movimento que faz bem ao mercado interno, possibilitando um aumento do consumo doméstico e um ajuste externo menos doloroso. Um alívio.

Política do dólar forte fracassou

O enfraquecimento da moeda hegemônica diante de quem no momento parece ser sua principal adversária não causa boa impressão ao norte do continente americano. É sinal de fraqueza e, com certeza, significa queda real do valor dos ativos financeiros lastreados em dólar e um empobrecimento daqueles que habitam a terra do Tio Sam. A desvalorização significa inflação e queda de poder aquisitivo no mercado externo e, portanto, da riqueza relativa em que esta moeda se traduz através da troca.

O dinheiro segue sendo um mero equivalente de mercadorias, conforme assinalaram dois renomados clássicos da economia política, Adam Smith e Karl Marx. Se o seu valor, sempre relativo, cai, isto significa que o seu proprietário (no caso do dólar, os EUA) pode adquirir menos riqueza (ou menor quantidade de mercadorias) do que antes, ou que (em outras palavras) ficou mais pobre. Desta forma, a impressão de que a depreciação de uma moeda é sinal de fraqueza econômica está de acordo com a essência dos fatos. George W. Bush iniciou seu governo defendendo a política de um dólar forte, ajustada à feroz ofensiva imperialista que vem caracterizando sua administração. O ex-secretário do Tesouro dos EUA, Paul O'Neill, não se cansou de proclamar tal intenção em alto e bom som até o final do ano passado, quando acabou se demitindo, numa atitude provavelmente provocada pelos sucessivos fracassos de suas iniciativas, coordenadas

com as dos bancos centrais da Europa e do Japão, em defesa do dólar. Também andaram dizendo por aí que a contrariedade do governo Bush com a iniciativa do Iraque de trocar suas reservas em dólar por euro teria sido uma causa adicional da guerra no golfo. O conflito não fortaleceu a hegemonia da moeda imperial e o acirramento das tensões com Alemanha e França não contribuíram para ações transatlânticas unificadas no plano das políticas cambiais e monetárias. A manutenção de taxas de juros mais elevadas na União Européia, comparativamente às vigentes nos EUA, decididas dia 8 de maio pelo Banco Central Europeu, tem sido apontada como um motivo a mais para o recuo do dólar frente ao euro.

A taxa básica de juros na UE, de 2,5% ao ano, não está alinhada com a estadunidense, de apenas 1,25%, e isto não é nada bom para a saúde do dólar. Talvez os líderes europeus estejam se dando conta de que, embora no curto prazo, os efeitos de um euro forte sejam controversos por comprometerem as metas de exportação e o superávit corrente, num horizonte histórico mais amplo ele fortalece as potências europeias na mesma medida que enfraquece a liderança e hegemonia econômica de Tio Sam.

Talvez o declínio do dólar possa e deva ser interpretado como uma medida confiável e exata da decadência econômica dos EUA, que evidentemente se desenvolve em franco contraste com a incontestável supremacia militar. Todavia, trata-se de um fenômeno monetário e, como tal, é apenas um reflexo de perturbações mais profundas e relevantes no processo de produção ou na economia real do império.

Déficit comercial é a maior causa

A origem mais remota do enfraquecimento do dólar é o déficit comercial que vem sendo acumulado há pelos menos três décadas pela sociedade norte-americana, fenômeno que hoje também constitui a mais perfeita tradução do parasitismo imperialista. Aquele fenômeno que, segundo Lenin, conduz as potências hegemônicas ao caminho da decadência e decomposição econômica.

A causa mais imediata da desvalorização é a extraordinária redução dos investimentos estrangeiros nos EUA, que, se ainda não caracteriza uma fuga de capitais, não está muito longe disso. As estatísticas relativas aos investimentos diretos externos (IDEs) realizados em 2002 revelam que, pela primeira vez na história, a China recebeu mais recursos neste terreno que os EUA, enquanto um relatório do Banco de Compensações Mundial (BIS), divulgado no final daquele ano, detectou uma incipiente e crescente transferência de ativos financeiros denominados em dólar para o euro.

Se é certo que, em momentos de crise, o capital migra em busca de "segurança" (há "uma fuga pa-

ra a segurança" proporcional à "aversão ao risco"), a reversão do fluxo de investimentos estrangeiros em curso, visível pelo menos desde o ano passado, indica que os grandes investidores já não estão considerando os Estados Unidos um lugar seguro para seus negócios.

Como disse o economista Joseph E. Stiglitz, não faltam motivos para julgar os ativos estadunidenses pouco atraentes e confiáveis, além da arrogância de George Bush, o filho... Pensem no declínio das bolsas e na espetacular falência de poderosos grupos empresariais do império, especialmente aqueles criados e sustentados pelas ilusões da "Nova Economia", cuja queda significou uma destruição maciça de capitais, estimada em alguns trilhões de dólares. Mas, não é só isto que conta.

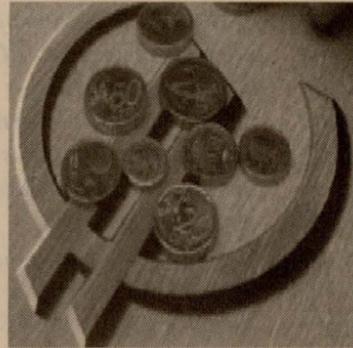
O diferencial entre as taxas de juros dos EUA e da Europa é outra causa relevante da preferência pelo euro e da depreciação do dólar. Juros europeus em patamares maiores que os vigentes nos EUA significam a oferta de uma recompensa mais generosa para os investidores em títulos denominados em euro comparativamente àqueles denominados em dólar.

A busca de um lucro maior, dado pelo diferencial dos juros, aliada à fuga dos prejuízos da "Nova Economia", estimula a migração do capital aplicado nos EUA para a Europa. A importância relativa do dólar tende a declinar, não só como meio de pagamento, mas também como reserva e medida de valor, inclusive em decorrência de fatores políticos, como sugerem a decisão do Iraque na época de Saddam Hussein (de substituir as reservas do país em dólar por euro) e propostas que ganham corpo entre países da OPEP de usar a moeda UE em detrimento do dólar como referência para os preços do petróleo.

Fragilidade do império

Nada disto afetaria tanto a saúde do dólar se as contas externas do nosso vizinho imperialista fossem um pouco mais equilibradas. Não é o caso. Déficits assustadores no comércio e nas contas correntes e de capital provocam uma fantástica necessidade de financiamento do balanço de pagamentos dos Estados Unidos, algo em torno de 1,5 bilhão de dólares por dia. O rombo nas transações correntes já representa cerca de 5% do maior PIB do planeta e deve avançar ainda mais neste ano, caso o próprio mercado não imponha um ajuste externo, com a queda do dólar se desdobrando na redução das importações, o que mais cedo ou mais tarde virá e terá desdobramentos interessantes sobre o comércio e o fluxo global de capitais.

Um déficit em conta corrente nesta dimensão não é sustentável a médio prazo e sinaliza, em qualquer país do mundo, uma crise do balanço de pagamentos, que por sinal fechou 2002 com um saldo negativo de 450 bilhões de dóla-



res, precisamente porque os EUA não conseguiram captar no exterior capital em tal montante para cobrir o rombo comercial e em conta corrente. Uma vez que as reservas disponíveis no Banco Central (FED) não chegam a tanto, o balanço provavelmente foi fechado com emissões. A posição especial que o dólar ocupa no sistema financeiro internacional concede aos norte-americanos este privilégio.

Os EUA são hoje o único país do mundo que pode saldar suas dívidas e compromissos externos usando a própria moeda como meio de pagamento e, em última instância, emitindo. Mas este expediente não é isento de custos. Num mercado já saturado de dólar e em que os investidores buscam com crescente avidez outras opções para suas poupanças, o preço de novas emissões é mais e mais desvalorização. O grande império do norte, com um poder militar que não encontra contrapeso no mundo, tem em contraste "uma economia frágil", conforme ainda as palavras de Joseph E. Stiglitz. Os déficits externos e, em particular, o déficit comercial (do qual todos os demais decorrem) explicam a fraqueza do império e da sua combatida moeda.

A necessidade de financiamento externo significa dependência de capital estrangeiro para fechar o balanço de pagamentos e esta verdade econômica não se aplica apenas a países como o nosso. O Estado norte-americano não tem o poder de controlar a direção do fluxo de capitais ou de assumir o controle sobre o movimento do capital, que continua anárquico e descentralizado, nas mãos dos próprios capitalistas e não das instituições do Estado capitalista ou dos bancos centrais (apesar da relevância das intervenções que já foram realizadas pelo FED e os bancos centrais da Europa e do Japão em defesa do dólar).

Por isto, assim como a necessidade de financiamento do balanço de pagamentos brasileiro pressiona o mercado cambial e em momentos de crise provoca a depreciação do real, nos EUA a necessidade de financiamento externo também tem desdobramentos parecidos e deve ser associada à queda do dólar.

A exacerbada volatilidade dos mercados cambiais já não é um privilégio exclusivo dos Estados Unidos. A América Latina, Ásia, África e leste europeu. A trajetória do dólar em relação ao euro e ao

iene em 2001, 2002 e neste ano prova que a instabilidade dos mercados cambiais nos maiores centros financeiros é um drama recorrente, que constitui talvez a principal forma de manifestação da crise monetária mundial, crise esta que pode ser identificada como a crise do padrão dólar, da hegemonia do dólar.

As intervenções em defesa do dólar (que já em 2001 mobilizaram centenas de bilhões de dólares) responderam à política do dólar forte proclamada pelo ex-secretário do Tesouro Paul O'Neill, que só a renegou na véspera da própria demissão, quando estava mais que patente o seu fiasco – e do governo Bush – neste campo. Essas intervenções provavelmente evitaram um colapso mais acentuado da moeda norte-americana, mas evidentemente fracassaram em seus objetivos, pois a exemplo do que ocorreu após a Primeira Guerra Mundial com a libra esterlina, a política de revalorização do dólar não tem sido bem sucedida.

Os fatos (o declínio do dólar e a apreciação do euro e do iene, a despeito da política coordenada dos bancos centrais) embutem uma lição de economia política que não devemos negligenciar: a de que os bancos centrais não têm completo controle sobre as flutuações cambiais, muito menos numa "ordem" (ou seria desordem?) de câmbio livre, em que as moedas flutuam basicamente ao sabor do mercado, da oferta e da procura privada que, através dos fluxos de capitais diretos e indiretos, movimenta um volume muito mais relevante de recursos que as reservas em poder desses bancos centrais e, por esta razão, simplesmente não podem ser controlados por essas instituições.

Hoje, como na época de Karl Marx, a anarquia ainda é a rainha que, em última instância e apesar da expansão dos gastos governamentais como proporção dos PIBs e do capitalismo monopolista de Estado, indica os rumos e comanda os passos da economia capitalista. A política institucional (mesmo a do Estado mais poderoso, da potência hegemônica) é impotente frente às crises econômicas do sistema capitalista, que têm caráter objetivo e independem da vontade do príncipe ou, em nosso caso, do presidente George W. Bush.

As medidas anticíclicas perdem eficácia, a manipulação das taxas de juros (que nos EUA são hoje as mais baixas nos últimos 42 anos, mas não animam os investidores e nem detêm o avanço do desemprego), bem como as intervenções nos mercados cambiais, revelam-se impotentes diante da crise e em alguns casos contribuem para agravar os problemas. Se há alguma lição relevante a tirar desta trajetória declinante do dólar é a de que a vontade dos mercados, ainda que cega, uma vez mais se sobrepõe à política econômica dos governos e do Estado capitalista, proclamando a vitória da anarquia. Memória esta a receita que sugere e impõe o neoliberalismo? Resta saber se ele sobreviverá ao próprio remédio.

A vitória da anarquia

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Os militantes opinam para a 9ª Conferência

O Partido Comunista do Brasil se encontra em momento de grande movimentação e debate para a realização da Conferência Nacional. Nesta segunda edição da Tribuna de Debates, publicamos 17 textos que tratam de temas conexos ao documento guia (publicado n' A Classe n° 222 e na página do PCdoB na internet: pcdob.org.br), em especial sobre a posição do Partido face ao governo Lula.

Aproveitamos para informar que serão analisados e publicados os textos que chegarem até 31 de maio próximo pelo endereço eletrônico: debates@pcdob.org.br ou pelo Correio (Comissão Tribuna de Debates, Al. Sarutaiá, 185, Jardins, Cep: 01403-010, São Paulo/SP). Veja as normas para participar:

Itens da Regulamentação da 9ª Conferência Nacional do PCdoB que tratam da Tribuna de Debates:

24 - O militante participa em sua Organização de Base, nas sessões municipais e estaduais e também através da Tribuna de Debates;

25 - A publicação da Tribuna de Debates ficará a cargo da Comissão Editorial composta por José Carlos Ruy, Edvar Bonotto e Pedro de Oliveira e será incumbida de receber os artigos escritos pelos militantes a respeito dos temas em debate;

26 - A partir de 1º de abril, os artigos deverão ser encaminhados à Comissão Editorial, através do endereço eletrônico debates@pcdob.org.br que as fará publicar em uma área especial na página do PCdoB na internet (www.pcdob.org.br).

Os artigos também poderão ser enviados à sede do Partido, situado na Alameda Sarutaiá, 185, Jardins, cep: 01403-010, São Paulo - SP;

27 - Todos os artigos serão publicados pela ordem de chegada com o limite de 31 de maio e serão consolidados em Cadernos de Debates editados e publicados pelo Comitê Central para o conjunto da militância. Cada militante terá direito a até três artigos;

28 - A Tribuna de Debates destina-se exclusivamente à exposição de opiniões individuais dos militantes e seus artigos devem conter a assinatura e local de sua militância partidária;

29 - Como órgão de discussão da Conferência Nacional, a Tribuna de Debates somente publicará artigos estrita-

mente relacionados ao tema da Conferência. Não serão aceitos os que usarem termos de baixo calão, ofensas pessoais ou ataques ao Partido. Poderão ser em até 3 (três) laudas jornalísticas (4.200 caracteres, incluídos os espaços);

30 - A Comissão Editorial considerando algum artigo suscetível de alteração por contrariar o presente regulamento, devolverá ao autor com as observações pertinentes para que o mesmo proceda às modificações. Caso o autor persista na redação inicial, caberá à Comissão Editorial, a decisão sobre a publicação do artigo;

31 - Das decisões da Comissão Editorial cabe recurso ao Secretariado Nacional, Comissão Política Nacional e ao pleno do CC.

Política de Defesa na fronteira da Amazônia

DURBENS MARTINS NASCIMENTO*

A primeira parte do documento lançado ao debate - "A realidade mundial contemporânea - sua complexidade e a busca de alternativas" - aborda os temas e questões referentes à conjuntura mundial. Nessa parte é possível localizar uma análise dos principais problemas gerados pelo quadro de agudização da crise do capitalismo e de seus aspectos políticos e culturais. Da leitura dessas teses (de 1 a 10), pretendo me ocupar de uma lacuna notadamente vinculada à questão da militarização da fronteira sul-americana na Amazônia.

Está em curso na Amazônia um processo de reajustamento da presença do Estado na fronteira Norte através dos Projetos Calha Norte (PCN) e Sivam, que sinalizam para a preocupação do governo brasileiro com a vulnerabilidade da fronteira e revela o recrutamento da militarização na região. Ambos marcam, definitivamente, a presença militar na região e se situam em dois momentos da recente história política do país: a Transição (1985-1988) e a reforma de Estado (1992-1998), respectivamente.

O Estado concebe os projetos como uma resposta aos problemas do Narcotráfico e das guerrilhas colombianas, bem como para manter um padrão de intervenção do Estado na área de segurança, caracterizada pela incorporação da tecnologia e arranjos informacionais, com vistas a ajudar na manutenção da biodiversidade e na defesa do território. Neste particular, percebe-se a preocupação de amplos setores da sociedade - entre os quais a comunidade científica -, com a possibilidade desse processo de militarização subordinar-se aos intentos dos EUA que têm manifestado, com o Plano Colômbia e a ocupação da Base de Alcântara, no Maranhão, a ambição de controlar efetivamente a Amazônia.

De fato, o quadro de incertezas que marca o atual contexto mundial impõe, mais do que em nenhum outro momento da história, que a defesa dos territórios nacionais continuem a merecer os cuidados dos governos e dos movimentos sociais. Para tanto, é preciso colocar a questão militar como um problema emergente e, sobretudo, que essa expressão permaneça na ordem do dia como questão capital para a sobrevivên-

cia dos Estados como unidades soberanas.

Tal afirmação, entretanto, difere das posições assumidas por muitos intelectuais e analistas das relações internacionais. A rigor, houve quem dissesse que a ONU, com o fim da Guerra Fria e do equilíbrio do terror, promoveria um mundo de paz e fraternidade entre os povos. A intelligentsia da mídia também não hesita em considerar que estariam criadas as condições para o advento de um mundo de paz, de segurança e de cooperação entre as nações e os povos em escala mundial. Na academia encontram-se vozes, não isoladas, em defesa da crença na paz mundial com o surgimento de relações internacionais baseadas na multipolaridade.

Giuseppe Vacca, em *Pensar o mundo Novo; rumo à democracia do século XXI* (São Paulo: Editora Ática, 1996), com seu "mundo novo" é uma delas. Ao polemizar com Norberto Bobbio, para quem o mundo ainda está submetido à lógica belicista do Estado Potência, argumenta que aquelas devem ser pensadas com base nas possibilidades que se abrem para a paz e a cooperação: um novo paradigma baseado na interdependência e na busca do consenso estaria emergindo.

Longe disso, um quadro de incertezas e de ameaças e sujeito a constantes tensões nas fronteiras da Europa, do Oriente Médio, da Ásia, da África e na América do Sul, parece ser a realidade emergida dos escombros da bipolaridade e sobre a qual se ergue a unipolaridade hegemônica pelo EUA. E para conflito apela-se para uma idéia que legitime a nova ordem. São constantes os apelos à idéia de uma "nova ordem" (George Bush), da "novíssima ordem" (George W. Bush), de um pós-Guerra do Golfo ou de um pós-11 de setembro. Tudo para justificar a ação imperialista dos EUA e aliados como a que vimos na agressão ao Iraque e a possibilidade real de invasão da Síria.

Esse novo cenário leva, e levará, as nações no concerto internacional a se readequarem às exigências das novas situações de forças. Tais eventos estão realimentando o debate sobre o papel dos estados nacionais no que tange à sua capacidade em gerenciar padrões de vigilância. Mas, talvez, a reflexão mais importante para os destinos das nações que consideram o regime democrático um fim em si mesmo, seja aquela

pertinente à sua capacidade de enfrentar o problema da sua orientação estratégica, especialmente num ambiente internacional conturbado, movido pela incerteza e pela insegurança.

Aqui na região do Cone Sul, a consolidação das democracias liberais, após décadas de autoritarismo, repôs a questão do padrão estratégico a ser desempenhado por elas no processo de realinhamento mundial. Porém, forças de identidade parece abater as Forças Armadas no continente. Não se sabe se se lançam à tarefa de combater o Narcotráfico, ou se se dedicam a agir nos limites impostos pelas suas atribuições constitucionais de preservação da integridade do território e da defesa da soberania diante de possíveis agressões externas.

Parece-nos claramente que a nova orientação estratégica para as Forças Armadas, no Brasil, volta-se para a defesa da fronteira na Amazônia. Discursos do Ministro da Defesa, bem como dos principais generais dos comandos das Forças, além de seminários organizados pela 8ª Região Militar, indicam que essa situação internacional e a conjuntura política no continente preocupam os militares e, recolocam com incrível atualidade a questão do papel da política de segurança nas fronteiras sul-americanas.

De um lado, a inquietude refere-se à ameaça de internacionalização da Amazônia, que seria transformada em área internacional sob a jurisdição de organismos ligados à ONU, por incapacidade dos brasileiros em protegê-la diante da ameaça da destruição de sua biodiversidade causada pelas queimadas, desmatamento, contaminação dos rios, biopirataria, etc... De outro lado, as mudanças políticas na Venezuela, o recrutamento da pressão sobre Cuba por parte do governo Bush e o acirramento do confronto do governo colombiano em razão da guerrilha daquele país, coloca na ordem do dia a militarização da fronteira, principalmente na faixa de 150 Km, situada ao longo de toda a Amazônia Legal com seus 11.793 Km².

Uma parte dela, isto é, aquela que se estende do Oiapoque, no Estado do Amapá, na fronteira com a Guiana Francesa no extremo-Norte, até Tabatinga, no Estado do Amazonas, no limite com a Colômbia e

próximo ao Peru, e que abrange 14% do território nacional ao longo do Rios Amazonas e Solimões, nos limites com outros países - como Suriname, Guiana e Venezuela -, que atinge cerca de 70 municípios, onde vivem 2 milhões e 300 mil pessoas. Destes 70 municípios, 38 estão localizados ao longo da fronteira de 5.993 Km, de domínio do Calha Norte. A estrutura populacional da área indica que nessa faixa vivem 1 milhão e 600 mil pessoas. Toda ela pertence aos Estados de Amazonas, Pará, Roraima e Amapá. Região rica em recursos minerais tipo ouro, cassiterita, pedras preciosas, urânio, diamante, nióbio e molibdênio; recursos florestais e hídricos e outros, os quais contrastam com a miséria reinante em grande parte desses municípios.

Um outro ponto a destacar é a intenção dos EUA em obter as informações acerca da Amazônia para fins de controle militar sobre essa área.

Tanto na Transição e na reforma do Estado para o mercado, quanto agora com o governo Lula, pressões vindas do exterior serão mantidas a fim de criar as condições de eventual investida militar. É preciso, diante desse quadro adverso internacionalmente, afirmar o controle democrático da discussão em torno da política de defesa do território amazônico, haja vista a existência de um ambiente democrático que possibilite o debate.

Por fim, pensamos que o PCN e o SIVAM no contexto da continuidade da presença militar na região, está enquadrado numa perspectiva avançada de desenvolvimento sustentado do país e da Amazônia em especial, e que possa servir para a proteção e defesa da soberania brasileira sobre essa parte do território brasileiro. É preciso que os partidos, personalidades civis e militares, em conjunto, sejam capazes de defender a Amazônia e coloquem no centro da luta política o controle democrático sobre os objetivos do Calha Norte e do Sivam: que não seja utilizado como mais uma sofisticada arma tecnológica à disposição da grande frente de interesses imperialistas sobre a região.

Questões de Partido (parte 1)

ALEXANDRE ALVES*

Da Ciência Física tem-se que "energia é capacidade que um sistema tem de realizar trabalho" e para isso é necessário que haja uma Força atuante num sistema que não seja perpendicular ao movimento. Quanto maior for essa Força agindo na direção e no sentido do movimento, maior capacidade terá o sistema de realizar trabalho.

A 9ª Conferência convocada pelo Comitê Central do Partido, que é chamado a responder às questões em voga na atual conjuntura brasileira, estabelece uma nova tática diante do novo momento histórico no Brasil. O documento "Um novo tempo para o Partido - buscar o êxito do governo Lula na consecução de um projeto democrático, nacional-desenvolvimentista", que fomenta o debate, vai ao cerne das questões, enfoca com muita precisão os desafios para o Partido.

Com a vitória das forças populares se abre um novo horizonte na luta do povo brasileiro. Essa é uma oportunidade ímpar em que 52 milhões de pessoas depositaram confiança na esquerda brasileira, embora de forma parcial já que o resultado eleitoral do poder central não se reflete nos Estados e no Congresso Nacional, onde se verifica um crescimento de parlamentares no campo das esquerdas. Esse dado é importante para levar em consideração já que objetivamente

interfere no sentido da força resultante do movimento. A necessidade de um partido coeso, forte e de massas é uma questão imperativa, um desafio organizativo que precisa ser enfrentado como necessidade histórica a que é chamado a responder na presente situação, contextualizada pelo documento.

Diante do novo ciclo no Brasil, com a vitória de Lula, a luta ocorre em duas frentes, uma de caráter internacional no enfrentamento com o imperialismo em crise de desenvolvimento cuja atitude é de isolar, sufocar, atacar as soberanias dos povos que tentam encontrar seus próprios caminhos de construção de uma nova sociedade. Aqui, vale ressaltar o combate à Alca. Esse enfrentamento requer amplitude e articulação que seja capaz de mobilizar e sensibilizar milhões de pessoas para deter a máquina falcinora e genocida dos EUA. A expansão territorial de dominação faz parte da agenda permanente do imperialismo. A outra, no Brasil, é lutar para garantir o êxito do governo Lula, questão estratégica do Partido e do povo brasileiro. O crescimento do Partido precisa ser fomentado como política de sobrevivência. O fortalecimento dos CM(s) e um planejamento para formação de quadros são imprescindíveis nessa tarefa organizativa.

Nesse sentido, é preciso que a Secretaria de Frente de Massas estabeleça um planejamento nacional articulado com os

CE(s) definidos em metas, levando em consideração as realidades locais. Entendo que o Partido deva criar uma Secretaria Nacional para acompanhar juntos aos CE(s), os CM(s) de cidades com mais de 100 mil habitantes. O resultado eleitoral aponta para uma nova ordem de enfrentamento de lutas com o capital internacional, com as elites brasileiras liberalizantes, com a imprensa subserviente e hipócrita, com a entrega da nação, com as idéias que se contrapõem à especulação financeira, com as questões de natureza social que são reduzidas a serviços, com o aumento da nossa dependência agravando a nossa soberania. Abre-se a possibilidade para um projeto orgânico apontando para o progresso social, democrático e popular, montado num desenvolvimento técnico-científico-social, capaz de alavancar as potencialidades inerentes às nossas riquezas naturais, minerais etc, de colocar o Brasil num patamar de tração de construção de um mundo solidário...

Para isso é preciso acabar com os bolsões de miséria, com diferenças regionais, apresentar um projeto de urbanização para as cidades periféricas, visando à dignidade humana, investir na saúde, na educação como elemento estruturador fundamental de base, estabelecer uma política para os idosos, uma legislação trabalhista que assegure aos trabalhadores estabilidade, investir na nossa defesa, combater o estado opressor e

de miserabilidade em que vive o nosso povo, dizer não à construção de presídios, dizer sim à paz. São políticas urgentes desse governo.

A responsabilidade é grande, a tarefa é enorme. As elites não são estúpidas, elas sabem perfeitamente o que está em jogo. É preciso perspicácia, sabedoria e inteligência para avançar, é uma guerra de guerrilha. Mobilizar o povo é preciso. Vamos para as feiras, as praças, as fábricas, as escolas, as universidades, etc. Levar o Partido onde o povo está. A social-democracia por natureza é vacilante, se as lágrimas não forem transformadas em atitudes, com certeza vai sobrar para nós!!! O barco está em alto-mar, mas não está à deriva. Seguremos o leme, apontando a proa de acordo com a ponta da nossa agulha magnética, mesmo sujeito a ondas, ventos e tempestades. Com certeza o centro de gravidade não se projetará fora do calado.

Com firmeza e segurança na unidade do Partido a realidade vai se impondo, a justeza da formulação política do Partido vai definindo a direção e o sentido do movimento para milhares de embarcações. É nessa perspectiva, necessária e arrojada, que o Partido deve perseguir rumo a um Brasil Socialista!!!

*secretário de Organização do Comitê Municipal de Olinda/PE

O governo Lula, hegememonizado pelo PT, precisa corrigir o rumo

ANTONIO BARRETO*

O povo brasileiro, tendo à frente os comunistas e todos os setores democráticos e progressistas do nosso país, travou uma grande luta para derrotar a ditadura militar que usurpou o poder político nacional em 31 de março de 1964, prendeu, assassinou, exilou e cerceou as liberdades políticas do povo brasileiro nos vinte e quatro anos seguintes. Foi às ruas aos milhões pelas eleições diretas e, mesmo derrotado, foi sagaz ao ir ao colégio eleitoral para pôr fim ao regime de exceção. Com muita luta, conquistou uma Constituição relativamente democrática e progressista, que abriu caminho para os próximos passos do movimento popular, democrático e revolucionário rumo ao poder político.

Depois de quatro tentativas, nos últimos quinze anos, conseguimos, através de uma ampla aliança política antineoliberal, eleger um presidente que se comprometeu

com um governo democrático que levasse o país a um desenvolvimento econômico independente, que fosse capaz de gerar emprego e melhor distribuir a renda. Um governo que se comprometeu a mudar a política de traição nacional e de submissão ao grande capital estrangeiro, do governo de Fernando Henrique Cardoso.

Passados quatro meses, podemos afirmar que, sob o ponto de vista da democracia, a maioria das forças políticas que contribuíram para essa grande vitória do povo brasileiro foi tratada com desprezo e de forma sectária pelo PT, que sozinho administra mais de 90% do Orçamento Nacional. Apesar dessa postura hegemônica, todas as forças democráticas e progressistas, e particularmente o Partido Comunista do Brasil, entenderam que poderiam contribuir para a mudança de rumo do país, o que para nós significará um passo à frente na luta por um Brasil de futuro socialista.

No campo econômico, até admitimos que a tragédia deixada por Fernando Henrique necessitava de ajustes temporários através de política monetária para preservar a moeda, mas o que estamos vendo é que o governo, de forma equivocada e deliberada, está enveredando por um caminho ainda mais conservador do que o neoliberal FHC, um caminho difícil de dar meia volta, depois de longo percurso. Neste primeiro de maio estamos constatando um aumento do desemprego, sinal de que a nossa economia continua estagnada. O canto midiático da sereia, entretanto, passa aos trabalhadores e ao povo que tudo está indo às mil maravilhas. Não é verdade.

O Brasil precisa mudar o rumo e foi pra isso que o povo elegeu Luis Inácio Lula da Silva. O pretendido desenvolvimento econômico dependente não trará a independência do País e já temos uma longa história de dependência econômica para poder afirmar

isso. O artigo do jornalista Clóvis Rossi, sob o título "A Rendição e os Amigos", publicado no primeiro de maio, no jornal Folha de S. Paulo, dá a dimensão do equivocado caminho pelo qual está enveredando o governo Lula. A direita só o afaga para continuar sugando o sangue do povo.

Não interessa às forças progressistas do nosso país, muito menos a nós comunistas, o fracasso do governo Lula. Mas, para que o pior não aconteça, é preciso e urgente que unamos as forças políticas de esquerda, o movimento sindical, os estudantes, os intelectuais progressistas para mobilizar o povo pela mudança, porque o governo Lula é um governo em disputa entre as forças populares e progressistas e as forças neoliberais que querem manter a situação atual.

*executiva do Comitê Municipal de Salvador e do Comitê Estadual da Bahia.

Construir a base material da mudança (parte 1)

CARLOS ALBERTO OLIVEIRA LIMA*

Nesse debate nacional em que inúmeras questões nos assaltam, notadamente diante dos desafios de levar à frente um projeto de país, cujo cerne se assenta no binômio "crescimento-justiça social", alguns dos nossos camaradas prendem-se a falsos dilemas provocados pela não observância do materialismo dialético, que deve reger as ações dos comunistas. São incompreensões que muitas vezes denotam um certo aprisionamento ao reino das vontades, numa certa inversão do materialismo dialético, levando à possibilidade de uma existência determinada pela consciência.

Longe das prisões idealistas, a tarefa histórica do PCdoB é participar do atual projeto nacional é democrático, com certa feição popular, e é de vital importância analisarmos os processos de industrialização no país, especialmente o Processo de Substituição de Importações (PSI) da segunda metade da década de 1950 e ao mesmo tempo como enfrentar novas imposições na atual fase de acumulação capitalista, à medida que o capital engendrou um novo locus de valorização: o mercado financeiro. Sob as novas condições, como materialistas históricos e materialistas dialéticos é um grande desafio pensarmos a construção da base material da mudança.

Encontramos a segunda metade da década de 50 sob o dilema do grande salto rumo à industrialização pesada, ou seja: o país passar a produzir máquinas e equipamentos. Para que ocorresse a industrialização pesada era necessário um financiamento apoiado no tripé econômico Estado-empresa transnacional-empresa privada nacional, cujo núcleo básico era a produção de bens de capital e bens de consumo duráveis, que chamamos de passagem para fase difícil do PSI. A fase fácil do PSI deu-se em etapa anterior e sua principal característica era a produção de bens de consumo.

O investimento em infra-estrutura, investimento típico do Estado. As suas ca-

racterísticas são: longo prazo de maturação, relação capital/produto muito alta e tecnologia. Com exceção do canadense, o capital privado não tem interesse nesse setor, exemplificado em siderurgia, energia, petróleo, extração de recursos naturais.

Existe uma racionalidade explícita na participação do Estado, sem a qual não seria possível esse salto rumo à industrialização pesada. Nesse momento é inviável a continuidade do PSI sem a participação do Estado, ao contrário do que ocorria na fase fácil. Esta fase difícil pode ser caracterizada como um processo induzido pelo investimento estatal.

Esta passagem requer condicionantes

de que têm como componentes técnicos, recursos e agentes, ou seja, significa "forçar a barra" para prosseguir impondo restrições nas importações e uma participação cada vez maior do Estado.

As empresas de capital estrangeiro foram favorecidas pela Instrução 113 da Sumoc, Superintendência da Moeda e do Crédito, predecessor do atual Banco Central, que estimulava a entrada de capital estrangeiro de curto prazo, que ao enxergarem um mercado promissor tinham interesse em aqui se instalar.

A participação do Estado precedeu a

vinda do capital estrangeiro e teve papel fundamental nas mudanças da economia:

a) definição, articulação e sustentação financeira dos grandes blocos de investimento

b) criação de infra-estrutura econômica e produção de insumos intermediários indispensáveis à industrialização pesada

Aqui o setor público respondeu por 40% da formação bruta de capital fixo da economia, cujo financiamento deu-se pela formação de poupança interna oriunda principalmente da conta de ágios e bonificações cambiais da Instrução 70 da Sumoc.

Na fase fácil do P.S.I. existem dois hiatos: o hiato de divisas (moeda estrangeira) e o hiato de poupança, que será o precedente para o início da fase difícil do P.S.I.

A continuidade do processo de industrialização depende de investimentos em blocos de bens de capital, bens de consumo duráveis e bens intermediários, onde os dois primeiros blocos exigem grandes recursos (financeiros e acesso às tecnologias necessárias).

O hiato de divisas vai sendo gerado pelo desequilíbrio no balanço de pagamentos oriundo de um aumento na necessidade de

importar maior que a capacidade de importar. Isso se dá pela incapacidade das exportações, cuja pauta é basicamente de produtos primários, de fazer frente a uma pauta de importações cada vez mais complexa. Isso representa uma contradição, uma vez que a lógica do modelo era aumentar a capacidade produtiva interna de suprir a demanda interna. Chega-se a uma encruzilhada: continuar ou não o processo de industrialização.

**secretário político distrital Centro/RJ e do Comitê Estadual do Rio de Janeiro.*

Apontar as reformas no rumo da mudança, da democracia, dos direitos sociais e do desenvolvimento

CARLOS HENRIQUE TIBIRIÇÁ MIRANDA*

Muito acertada a convocação da 9ª Conferência para debater a realidade internacional, a realidade brasileira após a vitória de Lula, apoiado pelos comunistas desde 1989 e as questões de Partido que viabilizem a nossa participação nos embates que se aproximam. O texto que fala sobre a centralidade da Conferência demonstra que esta "inscreve-se como parte de elevada tradição da vida partidária, sobretudo após 1962". Um debate nacionalmente realizado das bases à direção nacional, com Tribuna aberta a todos os militantes garante unidade de ação e o cumprimento do papel do Partido, em defesa dos trabalhadores, da soberania e da democracia.

O documento do Comitê Central, "Um novo tempo para o Partido — buscar o êxito do governo Lula na consecução de um projeto democrático, nacional-desenvolvimentista", afirma que a vitória de Lula abre um novo ciclo histórico e político para o país. Interessa portanto ao Partido a sua vitória deixando claro que na atual correlação de forças no país, não existe alternativa à esquerda ao governo que integramos. O texto diz ainda que "o governo Lula resultou do desenvolvimento da contradição entre duas tendências

objetivas: a manutenção do caminho seguido pelo governo passado ou a busca de uma outra via, a mudança do quadro dominante". As urnas foram claras em seu recado: venceu a tese mudancista. Mais adiante a tese diz que "a luta entre as duas políticas — a velha e a nova a ser concretizada — está presente no âmbito governamental e na sociedade, não estando definido de antemão o desfecho desse embate". Neste processo, podemos conviver com medidas contingenciais e transitórias que podem e devem ser alteradas assim que possível (caso dos juros e da política de superávit primário) ou até mesmo flexões que não nos isolem politicamente, como no caso da PEC 53 do setor financeiro.

O que não podemos é aceitar propostas que estrategicamente coloquem o governo em um rumo contrário às mudanças inviabilizando o desenvolvimento nacional com geração de emprego e renda. Exemplo disto é o documento elaborado pelo Ministério da Fazenda "Política Econômica e Reformas Estruturais" de abril de 2003 com 95 páginas e assinado pelo Ministro Palocci, Marcos Lisboa entre outros, que prioriza o arrocho fiscal interno, negando que a vulnerabilidade e déficits externos sejam os responsáveis centrais pelas nossas mazelas.

Não podemos compactuar com as teses que pregam a autonomia e a independência do Banco Central, negando ao governo este instrumento de política econômica, idem com propostas que levem à privatização da Previdência Social e à farra das seguradoras privadas, acabando com o maior programa de distribuição de renda no país. Indefensável também é a taxação dos inativos e propostas que venham a precarizar as relações de trabalho, que ataquem a unicidade sindical e que ameacem a existência dos partidos, como o voto distrital, cláusula de barreira etc.

As reformas propostas pelo governo devem portanto se articular com o projeto desenvolvimentista. Não se justifica a pressa na tramitação que inviabilizem emendas feitas por iniciativa dos congressistas e pela sociedade civil. A visão de que os partidos da base do governo devem aprovar, sem modificações, todos os projetos enviados pelo executivo não contribui com o aperfeiçoamento da democracia no Brasil. Estes podem em alguns casos votar contra posições oficiais sem entretanto precisar sair do governo. Não se constrói hegemonia na sociedade ameaçando aliados de primeira hora.

O item 25 da tese é definidor quando afirma que: "se a mudança não pode ser

abrupta, o cerne do problema reside em como se deve definir e explicitar a nova estratégia nacional de desenvolvimento em face das condições presentes. As reformas em discussão se não forem apontadas no rumo da ampliação da democracia, dos direitos sociais e de uma nova estratégia de desenvolvimento, se confundirão com a agenda do governo passado ficando à mercê da disputa de múltiplos interesses. Embora os acordos e contratos anteriores tenham que ser considerados, o PCdoB tem afirmado que apesar disso, seguindo novos objetivos de desenvolvimento, pode-se e deve-se questionar e revisar tais compromissos — como, por exemplo, os termos do acordo com o FMI que prioriza metas de estabilidade fiscal em detrimento de metas de crescimento econômico e social e se desdobra em reformas voltadas para a fragilização do Estado e a quebra dos direitos sociais, e o padrão de montagem das agências reguladoras — porque os mesmos não têm caráter pétreo podendo até ser anulados, tendo como axioma a soberania nacional".

**Comissão Política Estadual do PCdoB/RJ*

Sonhos e realidade

CHRISTIAN KRAMBECK*

O governo Lula representa a esperança do povo brasileiro em construir um novo rumo para o país, foi eleito com votação consagradora e amplo e variado apoio, após muitos anos de luta das variadas forças progressistas, destacadamente o PCdoB que desde 1922 e mais objetivamente após sua reorganização em 1962 vem batalhando pela emancipação da classe trabalhadora e por uma nação mais justa e democrática.

É certo que os trabalhadores ainda não detêm o poder de forma integral, e muito menos definitiva, pois as forças reacionárias da burguesia que dominam o país há 500 anos ainda mantêm o poder econômico e parte considerável do poder político. Diante deste quadro de derrota parcial, as elites não irão capitular, pretendem adotar duas estratégias básicas: cooptar parte das forças que integram este novo governo, comprometido com a mudança, para que represente seus interesses e tente impedir que os esforços de transição pendam para um lado verdadeiramente progressista, como quer o povo brasileiro; e se reorganizar para retomar a parcela de poder político perdida recentemente para as forças da mudança.

Influência de forma crucial neste quadro a correlação de forças no cenário internacional, representada por vários fatores. Dentre eles, destaca-se a política do governo estadunidense — única potência hege-

mônica que adotou política extremamente beligerante de desrespeito completo pelas leis e instituições internacionais, visando à manutenção e até ampliação de seus interesses exclusivos. E, em associação a este destaca-se o Sistema Econômico Internacional representado pelos grandes especuladores e apostadores da banca financeira, e as megacorporações que dominam os monopólios do sistema capitalista ao redor do mundo. Longe de estar favorável às forças progressistas o cenário ainda nos coloca na defensiva, principalmente após as derrotas do socialismo soviético e do Leste europeu.

Diante deste quadro e do novo governo brasileiro, o qual integramos e ajudamos a eleger com muito orgulho, a pergunta que devemos responder com senso de responsabilidade histórica é: qual será o papel do PCdoB, partido de vanguarda, da classe operária, revolucionário e socialista?

Em primeiro lugar teremos que reafirmar todas essas características ao longo do processo da 9ª Conferência. Mas também teremos que nos colocar diante de uma questão muito delicada, mas fundamental para a pavimentação da estrada rumo ao socialismo: qual será o verdadeiro grau de comprometimento com as mudanças que as forças integrantes do governo serão capazes de assumir. As atenções do Partido devem estar voltadas para a resposta a esta pergunta e seus quadros têm que estudar e debater o assunto de forma exaustiva. A melhor e

mais eficaz forma de percepção da realidade são os movimentos sociais da classe trabalhadora, os quais devemos integrar de forma protagonista e decisiva.

Resolvi escrever este texto para a "Tribuna de Debates" devido a uma questão que me angustia muito: qual será a reação do Partido quando — e se — o governo tomar medidas impopulares e contra o trabalhador? Qual será nossa postura se as reformas tão faladas não representarem os interesses da classe operária e da totalidade do povo brasileiro? Até que ponto estas medidas, algumas já implantadas, são justificáveis em nome de um suposto projeto maior de Brasil e de um período de transição em que devemos "agradar" ao mercado internacional. Fico me perguntando se estamos atentos a isto e principalmente se estamos suficientemente unidos em torno de um ideal, construído ao longo de mais de 80 anos, que é o socialismo renovado e com as características de nossa nação e seu povo.

Nosso compromisso deve ser com o povo brasileiro e para tanto concordo com que o Partido tenha como prioridade o sucesso do governo Lula. Acho que este governo já está transformando vários aspectos e invertendo prioridades com o intuito de beneficiar aqueles que sempre foram excluídos na repartição das riquezas. Também devemos influenciar neste processo de transição. Se é certo que este governo pode marcar um rumo errado, também é fato que os

partidos de esquerda e os setores mais progressistas podem ser força decisiva na predominância de um rumo correto e democrático: o rumo mudancista escolhido nas eleições presidenciais de 2002.

O nosso Partido deve fazer um profundo balanço de sua história, buscando resgatar os momentos de transição vividos e os impasses ocorridos ao longo destes 80 anos de existência, relacionando estes com a posição e as decisões tomadas pelo Partido na época. Também a análise destas quase duas décadas de legalidade é primordial para dizer se as políticas adotadas pelo Partido são as mais acertadas, principalmente em relação a nossa participação nos movimentos sociais e o contato com a realidade dos trabalhadores brasileiros. Qual o verdadeiro papel que o PCdoB jogou na história do Brasil? Qual o papel que jogaremos no presente e no futuro da sociedade brasileira e dos trabalhadores do mundo?

Estejamos preparados para anos difíceis. O fato de integrarmos o governo em nível de primeiro escalão é algo inédito e positivo para o Partido, mas as responsabilidades deste encargo e principalmente as advindas da tarefa de exercer a liderança do governo na câmara federal não podem imobilizar o Partido em relação a críticas ao governo que integra. Nossa história não pode ser maquiada. Neste momento o principal tema do debate é a unidade em torno de um caminho partidário revolucionário, so-

cialista e independente. Nosso apoio ao governo tem que se dar em cima de um programa mudancista construído pelas forças integrantes da base governista e pela participação direta da população. Nosso Partido não se presta a apoios baseados em discursos acalorados, carisma pessoal, pressões de todo tipo ou ações do passado. Nosso querido Partido se baseia na vontade verdadeira do povo brasileiro e em programas e propostas que reflitam esta realidade objetiva.

Acho, humildemente, que devemos aproveitar a 9ª Conferência para construir um conjunto de diretrizes e propostas que balizem nossa atuação política tanto no Congresso quanto na sociedade brasileira. Este documento deve então ser submetido às bases partidárias e movimentos populares para que passe a servir como referência, sempre levando em consideração nossa flexibilidade na tática e firmeza nos princípios. Nosso Partido, marxista e leninista, está

cada vez mais atual. Nossa luta se mostrou acertada ao longo dos anos; poucas vezes erramos nas táticas adotadas e nenhuma vez em antagonismo com a classe operária. Agora este caminho se torna mais difícil por integrarmos um governo de base ampla e diversificada. Não devemos nos preocupar com a repercussão das críticas por nossas ações, mas se realmente são acertadas e em cumprimento com o povo brasileiro, não tenho dúvidas de que em alguns momentos teremos

que assumir posições impopulares, mas se estas forem amplamente debatidas e o Partido tiver a convicção histórica que são corretas estarei junto de coração e com toda força. Tenho orgulho de pertencer e militar num partido que ajuda as pessoas a enxergarem a realidade. Viva o Socialismo, Viva o PCdoB.

*do Pleno do PCdoB de Blumenau/SC.

Luta pelo novo rumo nas ruas

CRISTIANO SCARPELLI*

A Conferência Nacional se apresenta de extrema relevância para a militância, e constitui fundamental orientação política dos comunistas brasileiros na nova conjuntura.

Para se ter clareza em que pontos vai se sustentar esta orientação partidária, devemos analisar com clareza este novo momento político que vive o país. Para análise do governo Lula e das forças políticas, sociais e econômicas que o permeiam, é correto afirmar que existe uma disputa. Disputa esta que se constitui basicamente em duas tendências: uma definida pelo anseio de soberania nacional e progresso social, respaldada em crescente aspiração democrática e popular e, outra, definida pelo projeto neoliberal, dominado pelo pacto de setores da classe dominante tradicional que se submetem às imposições do sistema de poder do império hegemônico e dos círculos financeiros centrais (ponto 1).

Desta forma, podemos analisar que este início de governo manifestou de diversas formas estas tendências. Na política exte-

rior, por exemplo, tem tido posições favoráveis à soberania nacional, mas na política econômica manteve os receituários do FMI. Assim os comunistas devem ter claro que o novo momento é de possibilidade da construção de um novo projeto, mas que sua efetivação vai estar em permanente disputa.

Temos visto isto dentro e fora do novo governo, em cada ação e medida do presidente. Os tradicionais defensores do neoliberalismo se rearticulam e pressionam por medidas que nem o próprio FHC conseguiu implementar. A pressão econômica e ideológica agrava a situação. O próprio "Financial Times" elogiou recentemente as propostas para a previdência, tentando como muitos outros "amarrar" o governo ao receituário do FMI.

O PCdoB deve, portanto, dirigir suas ações para fortalecer em todos os sentidos as ações que contribuam para a mudança do modelo neoliberal. O êxito ou não desta empreitada parte, dentre outras coisas, do apoio e pressão do povo nas ruas por mudanças que tragam benefícios reais para os trabalhadores. Deve-se transformar o amplo apoio popular ao governo, em apoio participativo da mudança, com fortalecimento dos

movimentos sociais e da ação mais consciente e politizada.

Para o PCdoB empreender esta árdua e satisfatória tarefa, deve-se ter claro em cima de que bandeiras e propostas se buscará ampliar o apoio das mudanças. A busca pelo equilíbrio entre a atuação institucional e a luta social passa por um programa mais definido do Partido no governo. Programa que já contém linhas gerais, como a defesa da ampliação da democracia e dos direitos históricos dos trabalhadores. Deve ser atualizado, com posições contrárias aos pontos que representam os interesses neoliberais, como a política econômica, a taxação de inativos, a flexibilização de direitos históricos como o 13º salário e muitos outros. Isto não representa um rompimento, mas sim a afirmação de nossas idéias em um governo democrático e em disputa. Eventualmente, as discordâncias em alguns pontos das propostas governistas, são inevitáveis. Os comunistas devem saber diferenciar estas discordâncias do compromisso e apoio mais geral do PCdoB ao governo Lula.

É a partir disso que o PCdoB deve buscar unir-se com outras forças. Deve ainda

pressionar para maior diálogo com a sociedade e os conselhos existentes no que diz respeito às reformas. Criticar as ameaças e posturas antidemocráticas, como a de mandar embora ministros contrários às reformas. Esta posição do PCdoB é fundamental para que o Partido desenvolva maior protagonismo na luta política e social como expressa o ponto 45. Se não, corre-se o risco de transparecer um simples adesista de todas as propostas, mesmo aquelas historicamente combatidas pelo Partido e os trabalhadores.

A busca por acúmulo de forças, com incremento eleitoral e dimensão de massa mais ampla para nossa política, passa por este posicionamento. Ele é tão importante que é também o ponto central de sustentação do PCdoB nos movimentos sociais e nos meios institucionais. A luta política nas ruas e nos movimentos sociais, só atingirá a necessária amplitude na medida em que contenha os pontos de interesses dos trabalhadores e demais prejudicados com a perversidade do modelo neoliberal.

*da UFMG/Belo Horizonte.

Ciclo e processo brasileiro (parte 2)

EDVAR LUIZ BONOTTO*

O problema axial do processo de desenvolvimento de qualquer economia está na acumulação (1) interna de capital.

Para Celso Furtado o Brasil foi uma das economias que mais cresceu no período da segunda metade do século XIX e a primeira do século XX. Ele aponta algumas generalizações de nosso tortuoso processo econômico: "Simplificando o quadro histórico brasileiro, singularizo duas tendências estruturais: 1) a propensão ao endividamento externo; e 2) a propensão à concentração social da renda." (Furtado, 2002: p. 8)

O dinamismo da economia brasileira está associado à industrialização que se dá a partir da década de 1930. G. Vargas anunciou um primeiro plano nacional de desenvolvimento em seu discurso de 31/12/1937: "(...) Suspendemos o pagamento da dívida externa (...) Modificamos a onerosa política seguida em relação ao café e, da mesma forma, o regime cambial que vigorava para as nossas trocas. O monopólio agora atribuído ao Banco do Brasil é simples medida de controle, que não chega a afetar os preços de base das nossas utilidades. (...) A ação do Estado não se limitará às tarefas da rotina administrativa. Ajustada ao ritmo do progresso nacional, procurará dar-lhe, direta e indiretamente, estímulos novos e meios adequados de expansão. (...) Reequipando portos, remodelando o material ferroviário e construindo novas linhas, abrindo rodovias e aparelhando a frota mercante, conseguiremos articular, em função desse objetivo, os meios de transporte e os escoadouros da produção. (...) instalaremos a grande siderurgia, se necessário, por iniciativa do próprio Estado, ativaremos as pesquisas de petróleo e continuaremos a estimular a utilização, em maior escala, do carvão mineral e do álcool combustível. (...) Instalar-se-á o Banco Central, como aparelho de controle financeiro, e, nele apoiados, poderemos, finalmente, estabelecer o crédito agrícola e industrial. (...) (Vargas, 1938: pp. 122-5)

Do primeiro governo de G. Vargas ao II Plano Nacional de Desenvolvimento, no governo de E. Geisel, embora com avanços e recuos, e muitas vicissitudes, o Brasil viveu um período de desenvolvimento econômico e industrial.

Nesse período, segundo I. Rangel, tivemos nossa própria dinâmica institucional: "Nossa experiência (...) nos ensina que, periodicamente – por períodos aproximadamente decenais, como os dos ciclos de Juglar –, a economia, após uma fase ascendente (de aproximadamente um lustro) entra em crise, a qual acaba por induzir certas mudanças institucionais (no fisco, no câmbio, no direito do trabalho, nos meios de acesso à nova tecnologia e, em especial, no aparelho de intermediação financeira), as quais sensibilizam novos grupos de atividade econômica ainda não modernizados, pondo em marcha uma vaga de investimentos, cujos efeitos se propagam a todas as partes do sistema econômico, o qual é impelido afinal para nova fase ascendente. Esta é a etiologia dos nossos 'milagres'. Entrementes, esgotado o impulso – quando os pontos de estrangulamento cedem o passo a atividades carregadas de capacidade ociosa –, sobrevém outra crise, que confronta a economia com as posições polares de ociosidade e de antiociosidade (isto é, um complexo de pontos de estrangulamento), promoverá tensões sócio-políticas e, afinal, promoverá novas mudanças institucionais, viabilizadoras de nova onda de investimentos, ou seja, de novo 'milagre'." (Rangel, 1981: p. 30)

Em 1981 C. Furtado registrava que: "Na vasta e heterogênea periferia do mundo capitalista a economia brasileira se singulariza por um excepcional dinamismo. Nos últimos três decênios sua taxa de crescimento se manteve em torno de 7 por cento, o que corresponde a um incremento anual do produto interno per capita de mais de 4,3 por cento. (...) sua taxa de crescimento foi significativamente mais alta do que a do conjunto dos países que constituem o centro do mundo capitalista (...)." (Furtado, 1981: p. 21)

I. Rangel esboça um diagnóstico após o período de ímpeto desenvolvimentista de Geisel e pouco antes da "explosão" da crise dos anos 80: "O fato de haver esse primitivo Departamento I cedido passo a um Departamento I industrial, isto é, grande produtor de mercadorias ou capitalista, com uma capacidade ociosa que não mais se mede apenas em termos de mão-de-obra excedente, mas também em termos de capital fixo ou capacidade produtiva instalada, está na raiz da nossa presente crise econômica." (Rangel, 1982: p. 37)

E aponta a saída necessária à época, e, em parte, ainda atual no que se refere à crise econômica: "Do ponto de vista qualitativo ou estrutural, temos hoje um parque razoavelmente completo, com um vigoroso Departamento I já montado, em suas peças essenciais. Sobre tal parque industrial, não seria fora de propósito pretendermos assentar o arcabouço central de um capital financeiro que não apenas nos tornaria menos dependentes dos financiamentos externos, os quais nos obrigam a endividar-nos para adquirir lá fora muita coisa que já podemos suprir com vantagem, como que nos permitiria aglutinar, em torno do nosso parque industrial, outros países do Terceiro Mundo, em estágios menos avançados de industrialização." (Idem, ibidem: p. 36)

O PCdoB apontava a "encruzilhada histórica" do país em seu VII Congresso, agregando ao diagnóstico do impasse econômico, o impasse político, mas posteriormente a "saída" neoliberal a que as elites recorreram apenas protelou e agravou o problema.

Luiz Gonzaga Belluzzo e J. G. Almeida assim analisam o ocorrido com o Brasil nos anos 90: "A combinação entre câmbio valorizado e juros altos, mantida a ferro e a fogo, lançou a economia brasileira numa trajetória de crescimento medíocre. O baixo crescimento ainda sofreria fortes oscilações provocadas seja pelo ciclo político, seja por uma sucessão de crises que se pautaram sobre as economias 'emergentes'. O grande aumento do desemprego teve nessas caracte-

terísticas do crescimento recente o seu principal determinante. O regime cambial e monetário provocou a ruptura das cadeias produtivas em vários setores da indústria, sobretudo nas áreas metal-mecânica (com destaque para as autopeças e bens de capital), eletroeletrônica e química. A perda de elos nessas cadeias significou a redução do valor agregado para um mesmo valor bruto da produção, o que, na prática, representa a eliminação de pontos de geração de renda e emprego. Em segundo lugar, o arranjo entre câmbio e juros afetou de maneira negativa a distribuição setorial do investimento, porquanto puniu a instalação da nova capacidade para a produção de bens transacionáveis. Os dados sobre o investimento direto estrangeiro mostram uma concentração, nada surpreendente, nos setores mais 'protegidos', particularmente nos serviços e nas áreas em processo de privatização. O recente ciclo de investimento direto estrangeiro tem sido caracterizado por elevada propensão a importar e baixa propensão a exportar. (Belluzzo & Almeida, 2002: p. 377)

(continua)

*da Comissão Nacional de Formação e Propaganda, da redação da revista *Princípios* e do jornal *A Classe Operária*.

Nota

(1) Segundo K. Marx: "O processo de produção capitalista é essencialmente ao mesmo tempo processo de acumulação. (...) com o progresso da produção capitalista, a massa de valor, que precisa simplesmente ser reproduzida, conservada, aumenta e cresce com a elevação da produtividade do trabalho, mesmo se a força de trabalho empregada permanece constante. (...) A própria acumulação, e a concentração de capital que ela implica, é, porém, em si mesma, um meio material de elevação da força produtiva." (Marx, 1988: p. 15)

Bibliografia e referências: ver na parte 1 (A Classe Operária nº 223)

Problemas táticos dos comunistas no governo Lula

HAROLDO LIMA*

Oportuna foi a convocação dessa 9ª Conferência para examinar as tarefas políticas do Partido no novo quadro do país com Lula. O Partido valoriza, assim, o momento em que vivemos e cuida de definir, com rigor, suas posições.

Estrategicamente, os comunistas estão com Lula. Primeiro, porque com ele estão desde 1989. Depois, por entenderem que sua vitória foi a forma encontrada pelo povo para rejeitar o caminho neoliberal que o país seguia. E, finalmente, porque Lula, como maior líder popular do Brasil, pode e vem desempenhando papel importante no atual contexto internacional onde, fortalecer Lula, é fortalecer o campo dos que não se submetem ao Império.

Taticamente, os comunistas definem suas posições de acordo com os problemas que se põem na direção geral de apoio a Lula e às mudanças. Temperados nas peles contra sistemas opressivos firmemente estruturados, os comunistas sabem que não existe estrada retilínea à frente dos povos, que para subir é necessário por vezes descer, que o avanço implica em recuos e que a busca de pleitos bem acima de nossas forças pode redundar em aventuras e levar a derrotas.

Daí por que o PCdoB nunca imaginou que seria fácil nem rápida a mudança de rota no Brasil, nem nunca pensou que todos se uniriam em torno de mudanças progressistas. Sempre falamos na necessidade de uma “nova maioria”, capaz de dar suporte às mudanças que, quando vierem, sendo avançadas, despertarão os rancores das forças retrógradas. Manobras deveriam ser feitas. O novo rumo não surgiria de vez, nem por voluntarismo. Uma transição seria necessária.

Eis que cento e dez dias se passaram do novo governo. O PCdoB, nesse período, perfilou-se ao lado de Lula, em todas as horas e em todas as questões. Quando votações foram feitas no Congresso Nacional, mesmo quando tínhamos reservas sobre a matéria, e ainda quando tínhamos opinião contrária ao mérito do que se votava, votamos com o governo. Foi o que aconteceu com a PEC 53, que facilitava a regulamentação do sistema financeiro e, portanto, poderia facilitar a independência posterior do Banco Central. Deixando clara a nossa opinião em Declaração de Voto, votamos “sim, em confiança”, atendendo a pedido do governo.

Agora, ante a expectativa de serem apresentadas, com o apoio governamental, algumas posições com as quais divergimos, e ante a divulgação de um longo documento do Ministério da Fazenda, surpreendente

pelas posições neoliberais que sustenta, vemos, nesse processo de conferência, aprofundar a questão de nossos posicionamentos táticos.

Nesse sentido, é de fundamental importância partirmos do que está no item 20 do documento à 9ª Conferência. O governo Lula, diz o documento, resultou “do desenvolvimento da contradição entre duas tendências”, a que lutava pela “manutenção do caminho do governo passado” e a que propunha a “mudança do quadro” em vigor. A tendência mudancista ganhou a eleição e, acrescenta o documento, “estabelecido o novo governo”, “essa contradição não desapareceu”, mas, “ao contrário”, “tende a se acirrar”. É então que se sobressai o papel do PCdoB.

Posto que está presente “a luta entre as duas políticas”, “no âmbito governamental e na sociedade”, (item 21), os comunistas devem tomar partido aberto do lado mudancista, de maneira a explicitar, para o governo, para as forças políticas e, sobretudo, para a sociedade, as idéias em confronto e a idéia dos comunistas. O PCdoB deve cuidar de realçar sua posição como contraponto às posições continuísta, mormente quando essas preponderam, como agora, na política econômica. Deve desenvolver proposições alternativas, responsáveis, debatidas com a

sociedade. E não deve aceitar que se crie um clima de ameaças, inibidor da justa e necessária luta pela alternativa melhor.

Não seria correto aprofundarmos divergências em questões menores, circunstanciais. Mas modificações que alterem a estrutura da sociedade ou da economia só podem contar com o apoio do PCdoB se convergirem para o “projeto democrático, nacional-desenvolvimentista” que sustentamos. Não podemos contribuir para o aprofundamento da “política econômica conservadora anterior”, apoiando medidas como independência, ou autonomia, para o Banco Central, cobrança dos inativos para a Previdência, entre outras. Finalmente, não podemos aceitar a idéia de que um voto contra uma posição que o governo defende, ou uma abstenção, seja ruptura com o governo.

Estamos no governo Lula, e é no seu interior que devemos tomar as posições mais avançadas, cuidando para que nosso posicionamento tenha visibilidade e eficácia, fortalecendo de fato a posição mais avançada, ou favorecendo o surgimento do melhor acordo. Essa é a maneira peculiar do PCdoB participar e ajudar o governo Lula, para que este seja vitorioso.

*vice-presidente do PCdoB

Superar o modelo neoliberal é preciso

JOSÉ LOURENÇO CINDRA*

O modelo neoliberal, implantado no Brasil no decorrer da última década do século XX, se caracteriza pela desarticulação do Estado nacional, em virtude das privatizações de amplos setores da economia; da desregulamentação dos contratos sociais; e da terceirização dos serviços, culminando na própria terceirização do Estado. As chamadas agências reguladoras resultaram das privatizações dos serviços públicos e da terceirização do Estado. O neoliberalismo tem como objetivo a destruição metódica e sistemática de tudo o que é coletivo. Todas as políticas de desregulamentação, privatização e flexibilização dos contratos sociais fazem parte dessa estratégia. Elas visam no limite alcançar o predomínio de um mercado puro. Segundo asserção de L. G. Belluzzo (“Folha de S. Paulo”, B2, 27/4/2003), “a justiça dos mercados, em essência, não reconhece nenhum direito senão o que nasce do contrato, ou seja, da livre disposição da vontade dos indivíduos no intercâmbio entre mercadorias equivalentes”. Para a “reli-

gião do mercado”, tudo se transforma no equivalente geral, o dinheiro. Esta tendência geral de transformar tudo em dinheiro é inerente ao sistema capitalista de produção. Ela já havia sido reconhecida por Karl Marx, por volta de 1847. Desde então o fenômeno só se fez ainda mais acentuado.

O novo governo veio para superar a herança neoliberal. Acreditamos que quem votou em Lula Presidente esperava mudanças concretas no rumo da economia do país. Por isso, o atraso em começar a desprivatização do Estado pode causar um mal-estar em amplos setores da sociedade. Se 60% dos eleitores votaram em Lula é porque esperavam que a “esperança iria derrotar o medo”. Lula, para milhões de brasileiros e brasileiras é ainda o Presidente da esperança. Entretanto, uma ruptura brusca com o modelo neoliberal é impossível de ser realizada, pois três fatores principais impedem uma transição rápida para um novo modelo: limites de poder (a oposição chegou ao governo federal, mas não teve êxito na maioria dos estados da nação, além disso não tem maioria no Congresso); herança cons-

trangedora (o legado nefasto deixado pela política neoliberal de FHC); situação internacional adversa (guerras e ameaças de guerras imperialistas, tendências recessivas na economia mundial e predominância do modelo neoliberal em larga escala).

Apesar de todos esses obstáculos, o governo Lula precisa pelo menos sinalizar que as mudanças virão. Houve compromissos de cumprir os contratos firmados pelo governo anterior, mas isso não impede que esses contratos sejam questionados e revisados pelo novo governo. O que não pode continuar é a situação constrangedora de um Estado privatizado, com um poder de decisão muito grande concedido às famigeradas agências reguladoras, que à revelia do governo federal, controlam os preços de serviços prestados à população.

Em linhas gerais, concordo com as teses do Documento aprovado para a 9ª Conferência Nacional do PCdoB, que, mesmo ressaltando todos esses obstáculos enumerados, ainda assim adverte que uma sinalização no sentido das mudanças — com uma agenda concreta —, é preciso ser logo feita

à sociedade, para estimular a confiança no novo governo. Faz-se necessário também a construção de uma maioria política, com o objetivo da retomada do desenvolvimento econômico, propiciando o crescimento do emprego e a valorização do trabalho. Para isso, é preciso: baixar os juros exorbitantes e mudar as prioridades do governo. Uma política de preocupação exclusiva com a “confiança do mercado” não contribui em nada pela mudança de rumo da economia. Em longo prazo, ela pode desagradar tanto a gregos como a troianos: o governo poderá perder a confiança tanto do povo quanto, até mesmo, do mercado financeiro.

Em resumo, podemos estar certos de que sem retomada do desenvolvimento econômico e sem geração de novos empregos, a criminalidade e outros descabros sociais não poderão ser erradicados. Por outro lado, sem o desmonte do Estado neoliberal essas medidas tornam-se inviáveis. Por isso, concluo que superar o Estado neoliberal é preciso.

*do Comitê Municipal de Guaratinguetá/SP

Sobre a questão da independência do Banco Central do Brasil (parte 1)

MARCELO PEREIRA FERNANDES*

Começa a ganhar força a proposta de independência do Banco Central do Brasil (BCB). O ministro da Fazenda Antônio Palocci tem apregoado uma forma de “autonomia operacional”, que incluiria autonomia na fixação das medidas consideradas imperativas para cumprir metas de inflação dadas pelo Ministério da Fazenda e mandatos fixos (de preferência longos) para o presi-

dente e diretores. Seria então algo mais brando que a independência praticada pelo FED (EUA) e o Bundesbank (Alemanha). Neste artigo, que será dividido em duas partes, não me ocuparei das diferenças entre autonomia e independência, somente registrando que a tendência em longo prazo é sempre de aumento da independência e nunca o retorno do que era.

A independência do Banco Central (BC) está coerente com a ideologia neolibe-

ral. É tema predileto dos mercados financeiros, e não há porque estranhar que a mídia conservadora e seus economistas ortodoxos façam sua defesa. O espantoso é que alguns próceres do novo governo, numa atitude de ser “mais realista que o rei”, teimam em levar à frente uma proposta que, se estamos falando de um governo que pretende operar mudanças no Brasil, é uma excrescência. A tentativa de aprovar a independência do BCB poderia até nos levar a pensar que se

trata de alguns membros do “tucanato” que estariam tentando ganhar no “tapetão” as eleições que perderam nas urnas. Porém, infelizmente, antes mesmo da posse do novo governo, alguns quadros petistas muito próximos a Lula manifestaram opiniões em defesa da independência do BCB. Chegou-se a comentar até a permanência de Arnímio Fraga na presidência do Banco. Independência de quem?

Desde de 1971 quando o presidente Ni-

xon dos Estados Unidos abandonou o compromisso firmado em Bretton Woods de manter a equivalência entre o dólar e o ouro, as moedas fiduciárias não possuem lastro metálico, regras de câmbio ou qualquer regulação internacional importante. Isso vem gerando crises sucessivas no sistema financeiro internacional, sintoma de uma instabilidade crônica do capitalismo da qual não se vislumbra saída em curto prazo.

A preservação de alguma regulação no âmbito dos estados nacionais é o que resguarda alguma possibilidade dos governos nacionais executarem política econômica com alguma revelia dos mercados desregulados. De acordo com os neoliberais, esta possibilidade é geradora de imperfeições

nos mercados. Por isso, um banco central deve ser independente dos poderes executivo e legislativo que supostamente não estariam em condições de administrar "tecnicamente" a política monetária. O BC para dar mais confiabilidade à sua política deveria estar continuamente em consonância com os mercados financeiros; o que poderia não acontecer caso fosse eleito um governo com menor disposição aos interesses dos bancos. Ora, explicitamente se propõe restringir a influência do governo e tornar a atuação do BC menos influenciada por resultados eleitorais, e conseqüentemente mais dependente do sistema financeiro nacional e internacional, o que do aspecto democrático é inadmissível.

Pois bem, então quais seriam as políticas ideais que o BC deveria aplicar sem a interferência do governo constituído? Taxa de câmbio fixo ou flutuante? Regra fixa de emissão monetária ou metas de taxa de inflação? Qual o momento certo para baixar/aumentar a taxa de juros? Nítidamente existe muita polêmica sobre quais seriam as políticas "técnicas" a ser aplicadas pelos BCs. Por exemplo: sobre que embasamento técnico o BCB resolveu aumentar, primeiro em 0,5% e depois em 1%, a taxa de juros recentemente? A diária valorização cambial do final de março e início de abril deste ano elevou-se a tal ponto, que o próprio governo chegou a aventar a possibilidade de interven-

ção no mercado de câmbio com o intento de diminuir a valorização cambial e não prejudicar as exportações brasileiras. Tal fato aponta que pode ter sido um erro o aumento dos juros (até o momento não houve qualquer efeito significativo sobre a inflação), ainda que nenhum questionamento sério tenha sido levantado pela grande imprensa.

Assim sendo, a proposta de BCB independente refere-se tão somente ao poder público, mas completamente subordinado aos grandes bancos. (continua)

*secretário político do Comitê Municipal de Nilópolis/RJ.

A ilusão da terceira via

MARCOS CASTELI PANZERA*

O sentido da criação da frente oposicionista que deu a vitória a Lula foi de barrar a evolução da política neoliberal no Brasil. Ganha a eleição, o que se coloca é a necessidade de construir o caminho alternativo ao neoliberalismo que tenha como base o retorno ao desenvolvimento sob novas bases, distribuindo renda e ampliando a democracia.

Os primeiros meses do novo Governo demonstram que a história não será tão natural como se pensava. Todos sabemos das dificuldades geradas pela herança deixada pelos 8 anos de FHC, que faliu o país e criou uma série de blindagens e condicionantes visando a preservar o cerne de sua política econômica.

O desafio que a história nos coloca é trilhar o caminho da transição, buscando saídas à engrenagem neoliberal, reunindo forças em torno de um programa de mudanças com base em um planejamento estratégico de desenvolvimento nacional que garanta crescimento do PIB, crescimento de renda e geração de emprego como tem expressado insistentemente nosso Partido.

A grande preocupação é que a política econômica até aqui aplicada pelo novo governo e sua equipe econômica não aponta

para nenhuma mudança de rumo; ao contrário, o que se vê é o aprofundamento das medidas conservadoras: juros altos, elevados superávits primários, etc.

O Partido tem insistido que em situação-limite pode-se até aceitar a "atual política centrada em pesada austeridade fiscal e na busca de 'confiança dos mercados'", mas que tal política deveria ter caráter temporário.

O último capítulo dessa novela foi a publicação, apresentada pelo Ministério da Fazenda, de "Política e Reformas Estruturais", abordada no Portal Vermelho através de nota de Renato Rabelo intitulada "Crescimento econômico: o nó da questão". Tal documento afirma a necessidade da política de austeridade fiscal por um período de 10 anos explicitando uma concepção que Renato define como "uma reinvenção da ortodoxia".

O que parece é que vai se configurando no atual governo uma tendência conservadora com caráter de "terceira via". Diz o documento de Renato Rabelo, A luta pela superação da crise ideológica do proletariado: "Os impasses dos 'modelos neoliberais' levam a que nos marcos do próprio regime capitalista comecem a ser defendidas saídas intermediárias - a chamada terceira via, na verdade uma tentativa de levar à prática um neoliberalismo moderado, mitigado". Cha-

ma atenção, o mesmo documento, sobre o fato de que a velha social-democracia ressurge com essa roupagem. E mais: "Hoje, a proposta de conciliar com as idéias predominantes do capitalismo se traduz na defesa de um neoliberalismo moderado, que consistiria em um pretendido equilíbrio entre o Estado e o mercado, desenvolvimentismo e monetarismo, globalização e soberania das nações". "É uma falsa saída, que pretende vender o modelo neoliberal com uma fachada social".

O documento tese da 9ª Conferência diz que "o governo em seu seio expressa convivência entre o velho e o novo." E que é necessário reunir forças populares e patrióticas para impulsionar o caminho das mudanças.

Penso ser necessário ir se identificando quem é quem dentro do governo.

Em nossa atuação tática precisamos fortalecer os setores mudancistas dentro e fora do governo e neutralizar ou isolar os setores conservadores. É evidente que as coisas não são mecânicas e é preciso acompanhar a evolução dos acontecimentos. Mas é preciso ir trabalhando-se para impedir que se fortaleça e consolide o rumo conservador da política macroeconômica elaborada pela atual equipe econômica - cerne do governo. Ao mesmo tempo se coloca a necessidade

de formular uma plataforma de medidas definidoras para a construção do projeto democrático, nacional-desenvolvimentista, de base popular, que propomos em torno das quais se construirá uma ampla frente, que garanta a maioria necessária dentro do governo e no movimento social, para que se possa implementar novas bases, principalmente da política econômica.

Ao Partido cabe vanguardar essa construção, desmascarando as ilusões de terceira via, apresentando medidas concretas e viáveis de um plano estratégico de desenvolvimento do país, e transição da atual política à nova orientação. E aglutinar amplas forças capazes de influir decididamente no processo em curso.

Iniciativa que contribui, nesse sentido, é a realização do Seminário "O Governo da Mudança o Novo Modelo de Desenvolvimento" promovido pelas lideranças do PCdoB e PSB na Câmara Federal que possibilita travar o debate delimitando campos e construindo caminhos. Debates similares devem ser desenvolvidos também nos Estados, com ampla participação para que todo o Partido se inclua nesse esforço de responder aos desafios atuais que a história nos coloca.

*secretário de Formação do PCdoB/Pará.

O esporte escolar no novo tempo para o Partido: concepção, método, projeto

RENATO SAMPAIO SADI*

A diversidade social, cultural, racial e política do Brasil, presente também no esporte, integra o patrimônio físico e simbólico desta área que, na atual conjuntura, tem a presença dos comunistas em sua direção. Pela primeira vez na nossa história será possível pôr em prática, uma política de democratização do acesso ao esporte, negligenciada e negada ao povo por governos conservadores e liberais. No interior da escola, o esporte é mecanismo de integração, cultura e educação. Além disso, pode ser fator de conhecimento.

Coerente com as atuais circunstâncias da vida brasileira, as intenções políticas e os desafios partidários estão postos. Buscar o êxito do governo Lula na consecução de um projeto democrático e nacional-desenvolvimentista requer um esforço de compreensão prático-teórica que possa atingir os objetivos propostos. Assim, ao conceber o partido como um instrumento de ação política, podemos nos aproximar do povo e explicitar as contradições vigentes. Entre outros mecanismos pedagógicos, o esporte é um poderoso canal de comunicação e conhecimento.

Hoje, a educação física no Brasil, como

área profissional e acadêmica, conta com mais de trezentos cursos superiores de formação, uma dezena de cursos de pós-graduação e uma massa crítica de produções disponíveis. Inúmeras atividades esportivas e diferentes segmentos ativos vinculados direta e indiretamente à prática do esporte e lazer, compõem as referidas contribuições, destacando-se o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, como instituição de vanguarda na área. No campo profissional, temos um conjunto de associações e sindicatos de professores, nos quais os professores de Educação Física se inserem. São eles que divulgam, patrocinam e transmitem a cultura esportiva para crianças e adolescentes.

Este texto tem como objetivo mapear os principais pontos relativos à concepção, método e projeto do Esporte Escolar como um "novo tempo" para o partido e para a sociedade brasileira.

Em primeiro lugar é necessário resgatar a herança histórica que vincula o povo ao mundo do esporte através do estranhamento do "espetáculo esportivo". A seletividade piramidal presente na base do esporte na escola elege o "talento esportivo" e exclui amplas massas de estudantes, tornando-as espectadoras (torcida) dos eventos, jogos, campeonatos, torneios, etc. Em segundo lu-

gar, duas questões são fundamentais nessa lógica, o individualismo e a competitividade. Destacam-se três "instituições" formadoras da cultura corporal do brasileiro, a instituição militar, a médica e a esportiva.

O processo de re-democratização da década de 1980 oxigenou tal formação trazendo uma concepção de esporte mais diversificada. Questões como educação inclusiva, participação, autonomia, democratização e mudança foram centrais no debate.

Na atualidade convivemos com concepções herdadas da fase anterior aos anos oitenta bem como concepções gestadas a partir de meados desta mesma década e início dos anos 1990.

O Esporte Escolar como aquele que se diferencia da educação física na escola pode e deve se pautar por uma concepção unitária de educação, tarefa que impõe um novo método e um novo projeto para essa área. Desdobram-se aqui, aqueles necessários à atual conjuntura e outros possíveis no médio e longo prazo, que poderão configurar-se numa concepção unitária de esporte.

Assim, um plano estratégico para o Esporte Escolar se desenha hoje, a partir da proposta de re-qualificação de professores e estudantes de educação física. Conduzida pela Secretaria de Esporte Educa-

cional do Ministério do Esporte, essa proposta observa como os métodos e concepções de ensino estão difusos e desatualizados pelos professores, muitos dos quais não mantêm relação entre seu trabalho diário e a perspectiva de estudo. A partir de tais constatações advoga a necessidade de remuneração justa e jornada de trabalho adequada e compatível com a realidade. O curso tem, na proposta inicial, uma meta de 360 horas de integralização e a certificação em nível de pós-graduação — especialização lato-sensu.

Os elementos centrais de um programa de Esporte Escolar na perspectiva acima deveria considerar, fora a questão da formação continuada/capacitação/re-qualificação dos professores, as seguintes dimensões: 1- Iniciação Esportiva; 2- Prática Esportiva Diversificada; 3- Treinamento Esportivo; 4- Conhecimento do Esporte; 5- Criação e Crítica ao Esporte.

Resta afirmar que o debate iniciado apresenta tensões permanentes entre os significados do esporte, sua especificidade educacional e as diferentes compreensões de seu papel na sociedade.

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

*do PCdoB/GO

Mobilizar os trabalhadores para realizar as mudanças necessárias

ROBSON RAMOS BRANCO*

Vivemos hoje um momento único, particularmente novo, e histórico para o povo brasileiro – e também para o nosso Partido. Por isso a convocação da 9ª Conferência Nacional.

Por se tratar de um momento único e especial, uma experiência nova para os setores democráticos e para o Partido, o debate sobre os rumos do Governo Lula ganham diversos contornos; nossa militância em particular foi forjada nos últimos anos a ter uma postura política de resistência e combate às elites que implementaram as políticas neoliberais em nosso país. Agora estamos diante de um novo quadro político e, mais do que isso, somos construtores e participantes deste novo governo, mesmo não sendo a força dirigente desta frente política.

O governo Lula, eleito pelo povo com a condição e perspectiva de uma mudança na sociedade brasileira, enfrenta desde já, a contradição de ser um governo com características democráticas porém extremamente conservador e mantenedor na área economi-

ca da política anterior. O Partido já se manifestou em diversas oportunidades que, sem romper com o atual modelo econômico, será muito difícil construir um modelo alternativo de desenvolvimento, ficaremos reféns das políticas liberais e corremos o risco de perdermos o enorme capital político que ganhamos na eleição. Então o que fazer: por ser o governo Lula um governo onde o campo da disputa política e de idéias está em aberto, está em jogo, devemos buscar mais ousadia política para empurrar o governo Lula a defender as idéias mais comprometidas com o projeto de desenvolvimento econômico nacional defendido pelo Partido. Para isso propõe o documento um mergulho nos movimentos sociais, no sentido de aumentar nossa visibilidade e vencer a disputa política e de idéias no interior dos diversos movimentos, mas esse mergulho só será possível se a militância do nosso Partido estiver preparada e compreender a complexidade do novo quadro político gestado no Brasil. Não se deixar levar pelas pregações esquerdistas – muitas de cunho oportunista –, compreender e saber situar o governo Lu-

la no cenário internacional e suas dificuldades internas, é um primeiro passo para entender a grandeza da tarefa que nós comunistas teremos em nossa frente. E com isso travar o debate com o conjunto da sociedade sobre os rumos da mudança.

É por isso que o Partido pode cumprir um papel definidor neste novo quadro político, filiando e trazendo milhares de novos trabalhadores, travando a disputa política e de idéias com os outros setores da sociedade para que nosso mergulho nos movimentos sociais possa gerar de fato uma perspectiva de vitória para as necessidades mais emergentes dos trabalhadores.

Nosso Partido pode e deve fazer a diferença desde já com relação ao governo Lula, defendendo-o de ataques oportunistas das mais diversas colorações, mas também exercendo a crítica e praticá-la quando os interesses dos trabalhadores estiverem sendo relegados em favor de uma política financista. Desenvolver grandes jornadas com bandeiras que unifiquem amplas parcelas da sociedade pode ser uma saída para empurrar o governo no sentido de realizar

as mudanças que queremos e acreditamos. Realizar grandes manifestações em Brasília, por exemplo, pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário, é a melhor maneira de ajudar a impulsionar as mudanças no governo Lula e mobilizar os trabalhadores em torno de idéias e bandeiras propositivas – que devem, aliás, ser refletidas nos programas institucionais do Partido (rádio e televisão). A nossa garantia de mudança é a mobilização de massas com bandeiras bem definidas e propositivas, que busque agregar diversos setores democráticos e populares e frear todo tipo de esquerdismo inconseqüente e oportunista. Por isso, o Partido joga papel preponderante, pois é o elemento que pode transformar e dar organicidade às necessidades buscadas pelo povo, dar musculatura ao Partido. Fortalecê-lo é a nossa principal tarefa para que possamos nos tornar a principal força dirigente em busca do projeto mudancista.

*secretário político do Distrital Pinheiros-Bu-
tantã/ SP e do Comitê Estadual SP.

A busca pelo novo rumo, requer um papel essencial da juventude e da UJS

RODRIGO WEISZ*

Já detectamos que o êxito do governo Lula será um importante passo para o rompimento com o projeto neoliberal e para a criação de um modelo de desenvolvimento nacional, soberano e democrático-popular. Detectamos também que, sendo vitorioso este governo, amplia-se e acelera-se a acumulação de forças, de que hoje o Partido necessita tanto, tendo em vista nosso projeto estratégico.

Temos também plena ciência de que tal êxito não será concedido, mas sim conquistado, pois a frente ampla que elegeu Lula abarcou setores que não estão interessados em mudanças nos paradigmas da política no geral (econômica, social, concentração de renda, de terra etc...). As mudanças que foram lema de campanha, por mais que sejam meras tentativas de aperfeiçoar o capitalismo, são hoje de fundamental importância, e só serão realizadas caso a mobilização popular jogue mais papel e peso do que a pressão que será exercida por aqueles velhos setores que nortearam e orientaram o governo FHC.

Ainda não temos, nem teremos, fórmulas prontas para lidar com essa situação, que hoje é tema da 9ª conferência de nosso Partido.

Em curto prazo, temos que crescer para

poder intervir nesse projeto brasileiro. É facilmente detectado que hoje a sociedade está muito mais aberta à discussão política do que há um ano, e temos de aproveitar esse momento – que contribuímos para que acontecesse –, e nos aproveitar dele, pois toda a esquerda fisiológica e a direita oportunista também se aproveitarão, levando em consideração que eles detêm grandes máquinas de propaganda que nós não detemos.

Creio que seja válido lembrar que vivemos num momento de legalidade histórica e que o momento é tenso no plano internacional e nacional. Logo, se faz necessário um maior nível de envolvimento da militância comunista nas tarefas práticas e teóricas, pois se perdermos este momento da história para caminhar rumo à hegemonia das nossas idéias, uma autocrítica não nos fará recuperar tal oportunidade de avanço real

O Papel da juventude

O papel desempenhado pela juventude neste processo eleitoral – que bastaria para a vitória no 1º turno da batalha, se só dele dependesse a eleição –, demonstra, assim, ser um importante agente de influência na sociedade. Pelo fato de estes terem mais “aflorada” a sua rebeldia, por terem maior disponibilidade para ir às manifestações, ou seja, por estarem em um período de forma-

ção de sua consciência crítica, a inserção se torna mais facilitada, além de podermos reproduzir o marxismo-leninismo nos núcleos da UJS, que se colocam inclusive como escola que passa uma visão mais ampla e geral do mundo, uma visão classista, que o ensino regular não proporciona.

O PCdoB, através da UJS, exerce importante influência sobre a juventude, que ainda é pequena frente às necessidades impostas pela realidade. Nosso projeto tem de ser hegemônico entre a juventude brasileira.

Apesar dos avanços na consolidação e construção da UJS, que são inegáveis, depa-ramos-nos com as dificuldades objetivas e próprias da juventude, de caráter estrutural do capitalismo que indiretamente impede a sua organização; além dos fatores subjetivos, como é o caso, por exemplo, do senso comum que ocupa o pensamento dos jovens em sua estrutura. Quando o incentiva a se organizar, o faz com bandeiras de caráter específico e geralmente despolitizadas.

A atividade necessita de extrema atenção e sensibilidade. Ser criterioso, ter centralização na orientação e na direção e extrema descentralização na prática são fatores essenciais para a constituição de uma organização juvenil e de massa.

O momento que presenciamos na história requer um crescimento das fileiras da UJS como nunca. É preciso que vençamos a

burocratização sem cair no espontaneísmo e vice-versa. Consolidar nossa marcante atuação no movimento estudantil, ganhando o 48º Congresso da UNE, e expandindo-a de maneira a credibilizá-la entre a sociedade e fazer com que esta ganhe feições mais massivas tem de ser o principal instrumento de pressão e de defesa do governo por parte dos comunistas.

Tendo em mente que nossa prioridade de ação é o ME, não podemos esquecer daqueles jovens que estão à margem da produção e da educação. Moram em suas comunidades, suas necessidades de se organizarem são evidentes e claras quando nos deparamos com o funk, o pagode, o Hip Hop, além do tráfico de drogas, que já vem ganhando caráter cultural próprio no RJ, em que o “funk proibido” é também maneira de a juventude declarar sua revolta. Mas temos muitos espaços vazios nas comunidades, que têm de ser rapidamente ocupados.

A luta teórica que está posta na sociedade requer um maior grau de sistematização das experiências aplicadas na UJS, principalmente em seus núcleos de base e em cada frente de atuação.

Gostaria de me despedir saudando a 9ª Conferência do Partido.

*da UJS e do Comitê Municipal de Petrópolis.

Os comunistas e a universalidade de direitos

VITAL NOLASCO*

Nunca é demais reafirmar a existência de uma contradição objetiva na sociedade brasileira, que se manifesta basicamente em duas tendências: uma defende a continuidade do projeto neoliberal, admitindo até uma certa reciclagem do mesmo e, outra, de rompimento com esse projeto e pela construção de um novo rumo para o Brasil

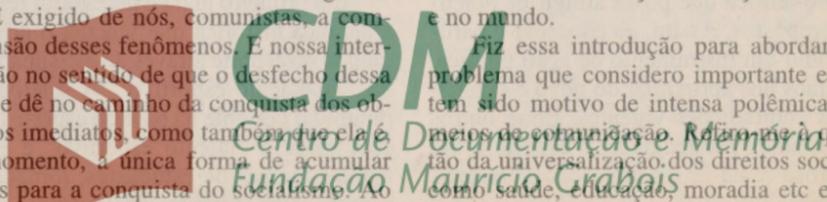
— que leve em conta a independência, a soberania nacional, a democracia e os direitos dos trabalhadores e do povo. A síntese da tática proposta à 9ª Conferência de nosso Partido vai no sentido da conquista deste último objetivo. Entendemos ainda que na atual fase de luta de classes em nosso país o caminho mais viável para conquista deste novo rumo é o sucesso do governo Lula.

Tal contradição protagoniza uma luta

que se expressa no conjunto da sociedade, em todo momento, dentro e fora do governo. É exigido de nós, comunistas, a compreensão desses fenômenos. E nossa intervenção no sentido de que o desfecho dessa luta se dê no caminho da conquista dos objetivos imediatos, como também, no momento, a única forma de acumular forças para a conquista do socialismo. Ao elaborar nossa tática não devemos nos guiar

por nossa vontade, mas sim por uma análise criteriosa da correlação de forças no Brasil e no mundo.

Fiz essa introdução para abordar um problema que considero importante e que tem sido motivo de intensa polêmica nos meios de comunicação. Refiro-me à questão da universalização dos direitos sociais, como saúde, educação, moradia etc e sua “focalização” — ou seja, atender somente



às parcelas mais pobres da população ou setores historicamente excluídos.

Não tenho dúvidas de que deve haver prioridades, particularmente neste momento em que aumenta a pobreza e a exclusão social, fruto do neoliberalismo. Mas prioridades não devem ser entendidas como "exclusividade".

A Prefeitura de São Paulo tem um bom programa que atende a diversas faixas da população, que é gerenciado por Márcio Pochman. Durante um seminário da CSC (Corrente Sindical Classista), ele deu o seguinte depoimento: "Através dos programas sociais da Prefeitura nós conseguimos incluir no mercado de trabalho, formal e informal, cerca de 10.000 pessoas por ano, mas cerca de 20.000 perdem seu emprego."

Ao formularmos um programa habitacional, por exemplo, devemos priorizar a população de baixa renda. Mas não podemos deixar de reconhecer que uma parcela significativa de trabalhadores, que se situam numa faixa salarial entre 5 a 10 salários mínimos, não tem acesso a financiamento do sistema financeiro e, portanto, temos de criar mecanismos para atender à sua necessidade habitacional.

Quanto ao direito à saúde fica mais evi-

dente a necessidade do acesso universal. Pode-se criar mecanismos que garantam a preferência a setores sociais, mais suscetíveis a determinadas doenças; como por exemplo, a anemia falciforme. Mas não podemos confundir prioridade com a política de focalização.

O direito à universalidade é uma conquista democrática de nosso povo, que está consagrado na Constituição de 1988. Vai no sentido oposto ao do neoliberalismo, que propõe o Estado mínimo e conseqüentemente a retirada de direitos sociais.

Ao contrário, a universalização de direitos exige uma intervenção do Estado no sentido de viabilizar os meios para garanti-la. Nesse sentido, não é suficiente a garantia constitucional, mas acima de tudo os recursos financeiros.

Sabemos que a continuidade da atual política econômica de privilegiar os compromissos com o capital financeiro está em contradição com a universalização dos direitos. Essa constatação vem referendar a tática do Partido sobre a necessidade de outro projeto de desenvolvimento para o Brasil, pois sem desenvolvimento econômico o direito à universalidade vira letra morta.

A polêmica não tem somente caráter po-

lítico e econômico, mas também um componente ideológico. O neoliberalismo, na tentativa de "compensar" a enorme exclusão social, conseqüência perversa de sua política, vem patrocinando as chamadas políticas compensatórias, contando com as ONGs para sua implantação, como também tenta cooptar os movimentos sociais para tal política.

Penso que no movimento negro tenta-se também implementar tal estratégia. Sob o argumento do combate à desigualdade racial existente em nossa sociedade, procura-se dividir os trabalhadores, criando uma falsa expectativa de que o grave problema do racismo será resolvido apenas com a aplicação de medidas compensatórias. Nunca é demais lembrar que o neoliberalismo, ao aumentar o desemprego, o trabalho informal, a criminalidade e piorar os indicadores sociais, agravou o racismo.

Não pretendo de forma alguma negar a necessidade de defendermos no movimento social bandeiras específicas e parciais, até como forma de nos relacionarmos com as amplas massas e defendermos decididamente seus interesses imediatos. Mas o principal papel que os comunistas devem cumprir é contribuir para aumentar a consciência política dos trabalhadores, bem co-

mo sua organização, e infundir no movimento espontâneo a consciência socialista.

No atual momento a melhor forma de cumprirmos nossos objetivos é defendermos a tática do Partido onde quer que atuem. Mobilizar nosso povo no sentido de exigir as mudanças nas quais ele votou nas últimas eleições, apoiar o governo Lula neste rumo — não concordar com a retirada de direitos, mas sim exigir a ampliação dos mesmos.

Estou convencido de que a bandeira do desenvolvimento econômico, garantindo os direitos sociais, junto com a luta por emprego, pode unificar amplos setores sociais.

Na história de nosso país todas as vezes em que houve um forte crescimento econômico os trabalhadores e o povo puderam ver atendidas várias de suas reivindicações e conquistar parte de sua cidadania.

Havia no Brasil antes da revolução de 1930 uma bomba racial prestes a explodir, mas o desenvolvimento econômico que possibilitou a inclusão dos negros no mercado de trabalho e a conquista de direitos, desarmou essa bomba. Mas é óbvio que não eliminou completamente o racismo.

*do Comitê Central.

Política: "problema e perspectiva no Brasil"

WILLIAM MENEZES DOS SANTOS*

Na abordagem deste tema, em especial a política brasileira, deve-se fazer um breve histórico, bem como analisar o desenvolvimento da política empreendida na área municipal, em especial a sustentabilidade, como também discutir resumidamente a política partidária brasileira.

Iniciaremos o debate mencionando a primeira forma organizativa de intervenção política no Brasil, que foram as Capitânias Hereditárias, sendo estas doadas às famílias nobres e burguesas saídas de Portugal, muitas delas falidas. Sabemos que essa estrutura política adotada não perdurou. A capacidade de administração desses donatários era quase mínima, favorecendo a corrupção e o desvio dos honorários públicos por conta das distâncias e da comunicação precária entre as capitânias. A falta de interesse por parte da metrópole em desenvolver a colônia com uma política de povoamento, a desorganização fez aparecer uma nova estrutura de controle governativo no Brasil, instaurando o Governo Geral. Este seria o catalisador das capitânias, fazendo valer a estrutura centralizadora do poder, implementada pela metrópole, pois a visão do colonizador era de obter lucros e explorar ao máximo a região dominada.

Com o passar do tempo o Brasil foi elevado à condição de Reino Unido, por força

das circunstâncias e da conturbada desorganização política na Europa. Por conta da expansão napoleônica, que forçou o Estado Português a transferir sua administração para o Brasil, esta estrutura aqui implementada reforça a apartação entre portugueses e brasileiros, sendo reproduzido o domínio direto entre a metrópole e a ex-colônia, agora internamente. Isso favorece as agitações das elites locais, colaborando para a constituição da Independência e posteriormente a consolidação do Império com base na estrutura arcaica e conservadora perdurando até 1889. Ao analisarmos essas estruturas políticas veremos que elas são antidemocráticas, centralizadoras e personalistas tipicamente herdadas dos Portugueses.

Atualmente ao abrimos um jornal, temos os apelos às reformas políticas e a afirmação de alguns políticos que o nosso sistema é do séc. XIX; isto demonstra que a forma estrutural da Política e do Estado foi por muito tempo centralizadora. Hoje, é pulverizada numa base democrática representativa, pluripartidária e descentralizada na esfera do governo.

Ao falarmos de descentralização, devemos pensar que o Brasil está situado na periferia do sistema global, sendo influenciado a instituir um sistema onde diminui a força do Governo Central e favorece o Estado Mínimo, do ponto de vista econômico e político favorecendo os Estados Nacionais do centro do globo.

Esta descentralização fica evidente na Constituição de 1988, quando começa a dar autonomia municipal. Uma forma de descentralização administrativa das políticas e dos mecanismos de intervenção pública para o plano municipal, com transferência efetiva da capacidade decisória para o município como espaço de poder local. (1)

A descentralização não é o problema central, a preocupação é a multiplicidade dos partidos políticos na condução das políticas públicas. Aliado a este fator, temos a falta de ética, os currais eleitorais nas cidades pequenas e pobres, principalmente no Norte e Nordeste, onde tradicionalmente permanece a estrutura das oligarquias no poder local, favorecidos pelos bolsões de pobreza e miséria implantado desde 1500.

Qual seria a saída deste problema? Seria a construção da participação popular nas esferas das discussões políticas do seu município, Estado e União.

Na política partidária a instituição da fidelidade e a abolição das siglas de aluguel, seriam dois pontos que inibiriam o troca-troca de partidos, impossibilitando a entrada de pessoas sem ética no poder governativo.

Mas, à medida que tenha um impacto substancial em curto e médio prazos é o desenvolvimento sustentável do município. Esta política, sendo bem planejada e estruturada com a participação da comunidade, despertará o caráter coletivista e a potencia-

lidade da região; estes fatores por si só servirão de resistência ao sistema global da economia especulativa impostos pelas superpotências e possibilitará o desenvolvimento.

Teremos assim, uma saída local e de contenção da população nas suas cidades de origem diminuindo possivelmente a violência, ocasionada na migração de pessoas das zonas menos favorecidas, para as zonas supostamente que possuam melhores condições. Até este momento, se não fizermos a consolidação da democracia e da gestão participativa (2) dividindo as tarefas com os cidadãos, não teremos muitas perspectivas. Poderemos transformar o município em cidade-estado, sendo esfera de influência do capital predatório e da desagregação de uma sociedade. Por isso, se os políticos e os cidadãos éticos não tiverem compromisso e organização, não teremos uma sociedade civilizada longe da barbárie e um Estado-Nação forte.

*do PCdoB de Jaboatão dos Guararapes/PE.

Notas

(1) BUARQUE. Sérgio C. "Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável". Recife: IICA, 1999, p. 36.

(2) Ibid, p. 46.

Construção partidária e o desafio cultural

CARLOS ALBERTO FREIRE CARDOSO JUNIOR*

"Não há na história, na vida social, nada de fixo de enrijecido, de definitivo.

E não existirá nunca. Novas verdades aumentam o patrimônio da sabedoria; necessidades novas superiores são suscitadas pelas novas condições de vida; novas curiosidades intelectuais e morais pressionam o espírito e o obrigam a renovar-se, a melhorar."

(Antonio Gramsci)

Os comunistas estão sendo convocados à tarefa de superar condicionamentos que limitam o crescimento de nossas fileiras militantes. É importante entender as condições históricas e espaciais em que a organização

partidária está inserida. O Partido não é uma organização política fechada em si mesma, pelo contrário, faz parte de uma realidade social — agindo sobre, e sofrendo, influências de outras organizações e instituições que compõem a totalidade social. Entende-se instituição, como: leis, princípios que se fazem presentes na vida social de grupos e indivíduos — maneiras de pensar, de sentir e comporta-se; existindo vários tipos de instituições — familiar, religiosa, política, econômica e outras que se fazem presentes na vida do indivíduo.

Ressaltando-se três características que fazem parte de uma organização — é importante para a compreensão da ação consciente do comunista — de qualquer natureza: objeti-

vos e metas comuns que são compartilhados pela maioria das pessoas que formam a organização. Os vários tipos de instituições e a organização estão presentes simultaneamente na vida dos indivíduos. É correta a avaliação de que a falta de organicidade do Partido é de natureza política e ideológica.

O Brasil é um país de dimensões continentais, com um diversificado tipo de culturas, com pessoas vivenciando desigualdades sociais e regionais. De forma coletiva estruturam as mais diversas organizações; portanto, é imprescindível que se considere a cultura no seu aspecto regional e o ser humano — na sua dimensão biopsíquica — para pensar a organização partidária. Segundo Karl Marx, "(...) Não é a consciência

dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que inversamente, determina sua consciência (...)". Por esse motivo o método de compreensão da realidade tem que levar em consideração o fazer social do indivíduo na sua localidade temporal.

Este artigo não tem a pretensão de responder a perguntas acerca da temática ou de realizar somente uma análise sociológica, mas de suscitar novos olhares para a ação política de organização partidária.

Viva o Comunismo! Morra o capitalismo! Viva o novo.

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
do Comitê Distrital da
Universidade Federal do Pará.

O chão de Graciliano Ramos

MARCELO MALTA

Graciliano Ramos começou dia 5 de maio a ser revivido em Alagoas, através de uma inédita mostra iconográfica com manuscritos, documentos, objetos pessoais, edições brasileiras e estrangeiras, ensaio fotográfico sobre o cenário em que o escritor viveu e ambientou sua obra.

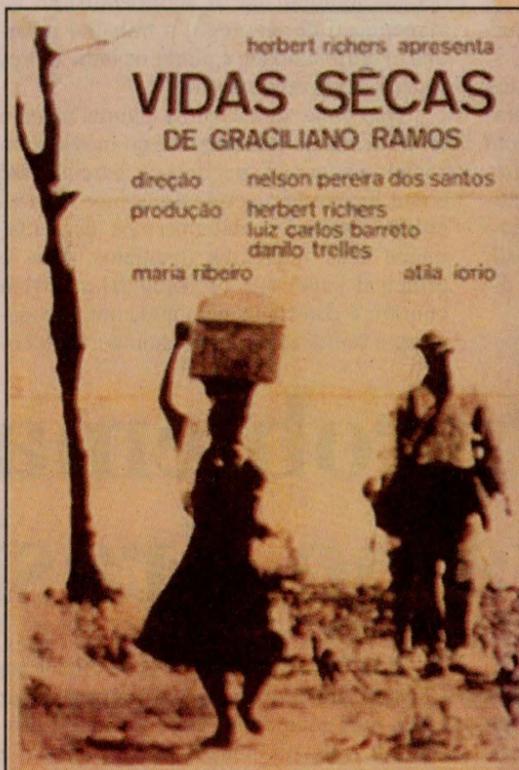
Trata-se de mais uma realização da Secretaria de Cultura de Alagoas, na sede da Fundação Pierre Chalita, em Maceió, desta vez em parceria com o Sesc-São Paulo. A abertura da mostra "O chão de Graciliano" se deu na noite de ontem, com a presença de seu inspirador e curador do projeto, jornalista Audálio Dantas; da filha de Graciliano, Luiza Ramos e seu esposo James Amado (irmão de Jorge Amado); do Superintendente do Sesc São Paulo, Danilo Santos de Miranda; do Governador Ronaldo Lessa; entre outras autoridades estaduais, intelectuais, artistas e admiradores em geral do escritor e militante comunista alagoano.

O dirigente do PCdoB e Secretário de Cultura de Alagoas, Eduardo Bomfim, em seu pronunciamento de abertura, destacou a universalidade e atualidade da obra de Graciliano Ramos. "Graciliano se destaca pela dignidade que tinha e sua obra às vezes é confundida com aridez, por ser realista, por tratar a realidade de forma nua e crua, sem adjetivações desnecessárias nem bajulações", disse o Secretário. E continuou: "mas seu trabalho é generoso, sobretudo de crença na humanidade, de esperança; bastante atual e de grande valor neste momento de globalização do lixo cultural".

Concordando com Bomfim, o escritor James Amado, falando em nome da família de Graciliano Ramos, lembrou que o personagem homenageado era mesmo bastante rigoroso consigo próprio, com sua produção literária. "Ele polia as frases e as palavras, a machadadas, de forma que não admitia excessos".

O jornalista Audálio Dantas, por sua vez, mostrou toda sua satisfação em trazer a mostra para Alagoas. Lembrou que também nasceu no agreste/sertão alagoano, e disso também se orgulha. "Certa feita, em uma de suas viagens ao exterior, Heloísa Ramos perguntou ao esposo aonde preferia ter nascido se lhe fosse dada oportunidade de escolha, e Graciliano respondeu: nasceria novamente em Alagoas", lembrou emocionado o jornalista e ex-deputado federal Dantas.

O Governador Ronaldo Lessa elogiou o empenho de toda equipe da Secretaria de Cultura e definiu o dia 5 de maio como uma data muito significativa. "Nesta data tenho notícias de que os indicadores sociais do Estado chegaram à média do Nordeste; hoje o Beira-Mar deixa Alagoas, sem qualquer ocorrência de imprevistos e fecho este



Cartaz de Vidas Secas, filme baseado em livro de Graciliano

dia diante de tão valoroso evento", falou Lessa para o público presente.

A mostra se estenderá até 08 de junho, com intensa programação e mobilização política, popular e cultural.

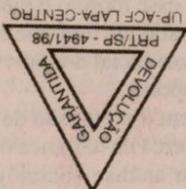
Haverá um Seminário "O Céu de Graciliano", em parceria com a Pós-Graduação de Letras da Universidade Federal de Alagoas e também exibição dos filmes "Vidas Secas", de Nelson Pereira dos Santos; "São Bernardo", de Leon Hirshman e "Memórias do Cárcere", de Nelson Pereira dos Santos. Durante a mostra ainda serão apresentados espetáculos teatrais relativos à obra de Graciliano: "O Chão de Graça ou poço de pedras", dirigido por Flávio Rabelo; "Graciliano, alagoano, brasileiro", dirigido por Beto Leão. Sem falar no Concurso Literário sobre a obra de Graciliano Ramos destinado a alunos da rede pública estadual e municipal. Ao longo do evento, toda sexta-feira, haverá um forró de pé-de-serra, com Joelson dos Oito Baixos e Chau do Pife, no Bar do Graça.

As escolas das redes públicas e privadas vão agendar visitação à mostra, que tem uma dezena de monitores para acompanhar cada excursão. A mostra, que já foi visitada por centenas de milhares de pessoas em São Paulo, promete repetir o sucesso em Alagoas, com a participação de estudantes, sindicalistas, movimentos populares, intelectuais, em torno da discussão sobre a vida e a obra deste grande comunista em nosso Brasil. Uma bela e merecida homenagem ao mestre Graça.



Graciliano em foto da mostra

IMPRESSO



CDM
CEP 01403-010 - São Paulo - SP
Alameda Sarutaiá, 185 - Jardim Paulista,
Tel.: (11) 3054 1800
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

A CLASSE OPERÁRIA